

REFLETINDO

ANGELICA MOREIRA PANARELLI

A INTERTEXTUALIDADE DE COMENIUS E A EDUCAÇÃO DE HOJE, AO DESVALIDO.



Intertextuality of Comenius on education yesterday and today tried to bring in education for all especially the underprivileged (now the homeless)

ABSTRACT

The present work proposes to analyze the study about the interxuality of Comenius in education from yesterday to today in the sense that he did bring education to all specially the underprivileged (now the homeless)

By the methods of analytical research, literature, and fief research.

The present study in Comenius and others who will use is justified because of the crisis that has increased population in the streets and little has been done and achieved to reach them educationally, since all including the poor have second a fundamental law of 1988 to article 205 which shows that everyone has the right to education for citizenship and his qualification for the job, regardless of the economic or social.

So how to resolve this issue is that which it proposes, through comparative analysis, descriptive of the reformers Luther, Comenius and other scholars of our resolve in how they dealt with this issue, and what can be rescued from the past to improve this so many Children who grow up without the educational knowledge.

This research aims also propose pilot schools for underprivileged children, under the direction of future teachers and professionals from various areas in training.

Keywords: education, helpless, teacher, pilot schools

Resumo

O presente trabalho se propõe a analisar o estudo a respeito da Intertextualidade de Comenius na Educação de ontem para hoje no sentido de como tratou de levar a educação para todos em especial aos desvalidos (hoje aos moradores de rua).

O presente estudo em Comenius e outros que se fará uso justifica-se em razão da crise pela qual a humanidade populacional nas ruas tem crescido e pouco se tem feito e alcançado para alcançá-los educacionalmente, uma vez que toda inclusive a população carente tem segundo a lei fundamental de 1988 do artigo 205 onde mostra que todos têm o direito à educação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, independente de sua situação econômica ou social.

E na lei de n. ° 2316 encontra-se os direitos dos moradores de rua a dignidade social e suprimentos legais de reintegração na sociedade.

Então este estudo tem como objetivo verificar como foi à educação aos desvalidos no mundo de Comenius, Lutero a qual os dois há seu tempo colocavam que todos tinham o direito ao saber, pois haviam nascido com aptidão e inclinação para o conhecimento, como ainda a natureza se encarrega de imprimir nele o desejo de chegar a este conhecimento, por isto a cultura é necessária a todos.

Mas, no entanto todo o construto do Brasil veio imbuído de idéias e ações de preconceito pelo branqueamento da raça, industrialização escravocrata, crianças tratadas como adultos em miniaturas para ajudar no sustento da família e ao sistema, essas e outras expressam o pouco caso a Educação e, este por sua vez desfavorece o aluno. Ante a uma sociedade elitista com seu paradigma a qual só propagou a exclusão entre aluno e escola, pela:

“domesticação da consciência do explorado” (PATTOS, 1991,24).

Então como resolver esta questão é isto a qual esta pesquisa propõe, através das análises comparativas, descritivas dos reformadores Lutero, Comenius e outros estudiosos da atualidade em como trataram resolver esta questão, e o que se pode ser resgatado do passado que melhore o presente de tantas crianças que crescem sem o saber educacional.

Outra questão a ser colocada que projetos foram feitos que servem de atenção para os nossos dias, e o que a sociedade Educacional (Universidades) podem oferecer a esta população, de forma que acrescente um projeto de mudança para estas crianças sofridas por morarem na rua pelo desprezo e descaso social.

Trazendo para o meio acadêmico uma transformação e humanização dos futuros profissionais a qual atuarão na sociedade, fazendo o bem.

Esta pesquisa tem como objetivo ainda, propor escolas pilotos para crianças carentes, sob a direção de docentes e futuros profissionais das mais diversas áreas em formação. Por isto a (Universidade) traria para as diversas áreas a oportunidade, de por em pratica o que se estivesse aprendendo em especialização, e acima de tudo fazendo um bem a humanidade infantil, os tirando da rua e propondo um futuro.

DESENVOLVIMENTO

1- A Educação aos desvalidos Considerações em Comenius e Lutero

A Didática Magna traz um brilhante inicio ao se referir, do livro de gênesis nas Escrituras Sagradas, nos trazendo o ensino que o homem foi criado como um jardim de delicias.

E dentro de si (homem) foi dado a distinguir entre o bem e o mal.

Mas escolhemos fazer o mal e do jardim fomos expulsos para a solidão, porque fomos ingratos e nos tornamos alvo da ruína. Mas Deus na sua enorme misericórdia não nos deixou, mas nos enrigou com seu sangue.

Mas ainda assim escolheu o homem tornarem-se como vinhas degeneradas e bastardas, mas ainda assim Deus nos conclama a caminhar a seu encontro a fim de aperfeiçoar-nos nossa vida conforme seus caminhos.

Então chama Deus a atenção para as juventudes caídas e confundidas, obscurecidas, para o temer e o buscar, como criancinhas a qual rege a *“simplicidade mansidão, humildade, castidade e obediência”*(Comenius, 2001, p. 65).

“Por isto a infância deve ser conduzida a Cristo desde cedo para que não cresçam” (Comenius, 2001, p.69)

“Como uma juventude sem cultura, onde ninguém planta rega, ou poda para crescer direto, onde crescem com o coração, costumes e hábitos grosseiros e depravados enchendo o mundo de confusão” p.69.

Mas, no entanto ao Professor instruir o homem se torna capaz de *“dominar as coisa e a si mesmo, dirija a si e a todas as coisas para Deus, fonte de tudo, pois nisto esta a excelência do homem para a vida presente e futura”*(Comenius, 2001, p.97).

“O homem é um animal cheio de mansidão e de essência divina, se é tornado manso por meio de uma verdadeira educação, se pelo contrario, não recebe nenhuma ou a recebe falsa, torna-se o mais feroz de todos os animais que a terra produz”(Comenius, 2001 p.123).

Isto mostra que o saber é importante a todos e quanto mais saber for incutido mais será elevado, e o que assim não proceder será infeliz.

“Deve-se, portanto, desde cedo, abrir-se os sentidos, do homem para a observação das coisas, pois, durante todo a sua vida, ele deve conhecer, experimentar e executar muitas coisas”(Comenius, 2001, p. 129).

Pois cedo seu cérebro é mole, a qual recebe e aprende o que lhe é dado, mais ao endurecer fica rígido e difícil de colocar algo.

Pois se algo deve ser aprendido que seja na mais tenra idade ex: piano entre outros.

“Pois ao jovem cabe o preparar-se e ao mais velho realizar-se”(Comenius 2001,p.130).

Mas é fundamental dos pais tal iniciação e responsabilidade da educação e da escola multiplicar a luz da sabedoria por isto todos sem distinção devem ser enviados a escola, e

ali se ocuparem com estudos de bons livros inclusive a Bíblia evitando o ócio que só traz devassidão a alma, pois ao contrario aprenderão a ver louvar a Deus em todo a parte.

“Deve, portanto, tender-se inteiramente sem exceção para que, nas escolas e, conseqüentemente, pelo beneficio efeito das escolas, durante toda a vida: se cultivem as inteligências com ciências e artes, se aperfeiçoem nas línguas, se formem os costumes por toda a espécie de honestidade de, se preste sinceramente culto a Deus.” (Comenius, 2001,p 146)

Escola ideal é aquela que é oficina de homens, onde a mente é mergulhada na essência da sabedoria para que se envolvam em todas as coisas claras e ocultas.

Lutero propunha que todos deveriam ir a escola e lá aprender a letra a moral e a religião.

E não métodos duros parecendo câmaras de torturas a qual espantava aos alunos.

Pois a formação deveria ser realizada “ *sem violência torturas, constrangimento mas com delicadeza*”. (Comenius, 2001 p.164)

“Que a instrução seja sólida para que não se guie o homem pela razão de outro. Que a formação não seja penosa” Comeius, 2001, p. 164.

Aristóteles colocava ‘*que o desejo no homem de aprender é inato, mas os maus exemplos de pais, amigos ou professores poderia por isto a se desfazer.* (Comeius, 2001 P. 172).

Mas ao ensinar o professor deveria saber segundo Comenius e Lutero dos diversos tipos de inteligência a qual poderia ser encontrado no perfil do aluno, a qual elenca:

A primeira inteligência era como penetrante e ávido, e fáceis de dirigir a qual desenvolve-se por si próprio como plantas de boa qualidade.

Segundo penetrante e lentas mais dóceis precisam de estímulos.

Terceiro penetrante ávido são indomáveis e obtusas, são consideradas detestáveis como se nada pudesse esperar, mas sabendo trabalhar se tornam de grande valor.

Quarto dóceis mais ávidos, às vezes lenta e obtusa, estas seguem as pegadas dos que vão a frente, sem imposições violentas, mais animando estimulando.

Quinta Obtusa lenta e preguiçosa é corrigível mais é necessária prudência e paciência.

Sexto débil torcido e maligno na sua maioria é gente perdida.

Diante do que foi colocado definiu-se que todos os homens deveriam ser dirigidos ao conhecimento, e quanto aos tipos de inteligência caberia ao professor procurar o melhor método para levá-lo ao conhecimento, com organização para que se fizesse um bom uso da vida a fim de alcançar bons resultados.

Mas o professor não poderia ignorar a até do saber semear como o agricultor, mas saber que para tudo tem seu tempo.

“Não podendo ser na primeira infância por estar apegada ao chão, nem na velhice por ser tarde demais pela memória estar em regressa, o no meio da vida pela dispersão de muitas coisas envolvidas, sendo difícil concentrar-se, mas no juvenil onde há vigor e crescimento, e lançam profundas raízes “(Comenius, 2001, p.209).

“Se para a natureza tudo tem o seu tempo a escola peca em não preparar seus utensílios para uso quando necessário para uma boa aula e o uso de bons livros, ou querer colocar muitas coisas ao mesmo tempo na cabeça do aluno.” Comenius, 2001P. 216)

Peca por metodologia confusa momorativa e não diversificada para cada aula, linguagem difícil.

Não sabendo orientar devidamente, ou então ouvir.

“ Administrar bem o tempo sem fadiga e atrasos, fazer uso dos sentidos pois são os mais fieis despenseiros da memória, ex. o uso de imagens no ensino.”.P. 308.

Ensinar a diferença das coisas de forma que fique bem distinto, para isso faz-se necessário que além da tória haja a prática para trabalhar e assim aprender (aluno).

Deve o aluno ser ensinado a praticar a “temperança no comer, beber, dominar as paixões, não se divertir além do tempo”.

“Aristóteles educou Alexandre de tal maneira que aos doze anos este sabia tratar com pessoas de todas as condições, reis, embaixadores, povos sábios ou ignorantes entre todos”. P.347.

“ A formação das virtudes deveria começar na mais tenra idade, antes que os espíritos tivessem contraído vícios, pois são

como macacos que querem imitar tudo o que vêm”(
COMENIUS, 2001, p.348 e 349).

Deve ainda ser dado ao aluno a leitura das Sagradas Escrituras e o saber, excita e reaviva a recordação de Deus, pois o exercício do culto divino coloca Deus diante do homem e une-o a Ele, as boas obras e a uma vida piedosa. Por isso a Escritura Sagrada nas escolas seja o Alfa e o Omega” Comenius, 2001,p..360.

Para que sejam firmes, não vindo a se desviar com outras leituras pagãs com tristes e perigosos exemplos.

Sendo assim Comenius e Lutero propuseram há seu tempo uma transformação nos vícios educacionais, que repercutiram grandes pensamento lutas e pesquisas que foram além de seu tempo, pois a educação embora ainda estivesse nas mãos da elite, mas, no entanto todos teriam acesso ao saber e deste saber chegariam a uma ação, não passiva, mas atuante e reflexiva de seus direitos e deveres fossem eles ou classe a que estivessem.

Então pensar em tornar o ser humano crescente em alguém havido em seu tempo foi um luta de anos que ressoou até nossos tempos mas que jamais parou, embora tivesse sido um processo muito lento, pelas leis e a cada país a qual fez parte, uns mais rápido outros a longo e intermináveis prazos e lutas que ressoaram a grande traumas e fracassos escolares ao longo do tempo marcado pela dor, trauma, evasão, palmatória, e trabalhos cedo demais da fase a qual deveriam estar estudando, mas no entanto estes alunos eram muitas vezes tratados como adultos em miniaturas. Este era o caso dos que ainda possuíam um lar por mais pobre que fosse e a educação fosse a cargo dos pais ou professores.

No entanto esta pesquisa pela perspectiva de Comenius e Lutero de posse a esta dura e difícil realidade do tempo, nos traz a uma realidade mais dolorosa a dos desvalidos, esquecidos, e a margem da sociedade, a qual não se tinha família, criados a duras penas de orfanatos e do total descaso da sociedade ou da família muitas vezes por serem bastardos ou pela morte prematura dos pais a qual poucos tinham a chance pela misericórdia de alguém de se constituir na vida.

Mas se, no entanto esta sorte não lhe recaísse, a dura realidade das ruas da vida eram o que lhe esperavam enquanto permanecesse viva a sorte do acaso, a qual até mesmo para

pedir ajuda teriam conforme a cada lugar há seu tempo teriam que ter permissão, se não quisessem acabar presos. Estes eram muitas vezes seu destino a percorrer, embora toda a construção do saber visasse que se privilegiasse a todos sem distinção de homem ou mulher, sendo este rico e pobre, ou até mesmo desvalido, pois os que tinham posses deveriam acolher a este que nada tinham a fim de não prevalecer à desigualdade alarmante de seu tempo, onde do que valia segundo Lutero homens bem armados, mas sem conhecimento de suas leis e de como usá-las a seu benefício e do seu próximo, então além de conhecer, deveriam também amparar.

2- Conjecturas do Morador de rua, ontem e Hoje.

Diante das pesquisas, observa-se que desde o passado o morador de rua (desvalido), aquele desprovido de lar, benefícios de cidadão na sociedade, embora houvesse leis que no papel privilegiasse a todos, mas na realidade isto não se fazia presente, observado por Comenius e Lutero, houve no passado e continua sendo no presente, uma luta extraordinária do abandono descaso social e das constantes mortes, sendo elas por doenças, fome, drogas álcool, calamidades, desemprego, o descaso do abandono do outro e do esquecimento de que todos vivem em uma sociedade onde todos deveriam ser iguais, sendo a lei para todos com os mesmos direitos.

Embora como no passado sempre houvesse uma parcela de 2% de luta por estes desvalidos, diante de 98% em total abandono pelo governo, há qual pouco se fazia para reeducar a população a se mobilizar para ajudar da maneira adequada a estes. Ao passo que muitas vezes foram as igrejas entre outras diversas instituições é que de fato levaram medidas paliativas a estes desvalidos, mas que continuaram lá no mesmo lugar sem mudanças, ou progresso, dentro de um país com tantas descobertas nascendo de ordem e progresso sempre, mas sem projetos reais de trazer a uma transformação da realidade. A única realidade permanente foi a crescente destes na rua por fatores já elencados.

Mas verificando o passado histórico até o Brasil colônia observa-se que o desvalido continuou sendo segundo pesquisas feitas pela **PUC do Rio** e anexadas no corpo deste texto proposto como:

“Mendigo, vagabundo e andarilho: figuras de rua”.

A imagem do morador de rua como alguém simplesmente inapto ao convívio social sempre se apresentou baseada em valores morais. O discurso sobre este segmento social demonstrou ser persuasivo e convincente para endossar julgamentos e práticas discriminatórias. O mendigo, em termos históricos, está inserido no contexto da pobreza.

Diversos estudos apresentam a pobreza como objeto passível de uma grande variação semântica e histórica. Dois momentos históricos, porém, marcam uma profunda mudança em termos conceituais e de representação da pobreza: o período medieval e o período da revolução industrial.

Dentre vários estudos publicados em diversas áreas de conhecimento, dois importantes autores se destacam no estudo dos pobres e da pobreza na era medieval na Europa: Michel Mollat (1989) e Bronislaw Geremek (1995).

Michel Mollat (1989) opta, em sua análise, por uma abordagem do pobre e (Text Box comment PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510675/CA) da pobreza a partir da submissão a um conjunto de infortúnios.

O pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciências, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidades

peçoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem. Mollat (1989, p. 5)

A difícil articulação entre um único conceito e as situações vividas pela condição de pobreza expressam a complexidade do termo. Em busca de uma definição, Mollat procura identificar os limites em que a precariedade se transforma em miséria, distinguindo pelo menos três limites: o limiar biológico, o econômico e o sociológico. O limiar biológico é ultrapassado quando não se possui condições mínimas de saúde e de sobrevivência. O limiar econômico, assentado nas possibilidades de abastecimento, troca, posse de dinheiro e pagamento de tributos. O limiar sociológico cria, conforme o autor, a desclassificação. (Mollat, 1989).

O pobre verdadeiro era aquele que permanecia membro de um grupo, vivendo com os escassos recursos de seu trabalho humilde. O errante, o mendigo, o desclassificado seria um rebelde, um disseminador da desordem ou um propagador de epidemias. Assim se haviam estruturado os personagens do deficiente e do pobre, cujos traços familiares transparecem quase estereotipados, nos textos e na iconografia. A nudez significa a indigência total; a magreza exprime sua fome; as úlceras, as deformidades e o bastão traduzem as deficiências fisiológicas; a presença do cão evoca a ausência de companhia humana, enquanto o número de mendigos representa a multidão dos pobres. Esses detalhes iconográficos correspondem, em geral, às expressões e termos utilizados por cronistas, hagiógrafos, pregadores e cartas para designar, às vezes de modo fugidio, o pobre e suas misérias. (...) O pobre anda sempre descalço, embora

esteja freqüentemente em movimento, isolado ou em grupo; mas fica à porta, ou seja, à entrada das cidades, à soleira dos mosteiros e castelos. (MOLLAT 1989, p. 63-64).

Os “falsos pobres” seriam aqueles enfeitados sociais, categoria na qual incluem-se os potencialmente criminosos que, ao negar a família, o Estado, as leis e a sociedade, ingressavam na trilha da heresia, da criminalidade ou da subversão.

Apesar disso, a fronteira entre a pobreza integrada na sociedade para a marginalidade era facilmente transposta. Nestes casos, as cidades, como as florestas, atraíram os marginalizados, Mollat (1989). (Text Box comment PUC-Rio - Certificação Digital N° 0510675/CA)

O historiador Bronislaw Geremek (1995) destacou diferentes tipos de miseráveis encontrados e descritos na literatura da época medieval tais como o vagabundo, o vigarista, o andarilho e o mendigo. Todas estas denominações possuem, em comum, o fato de referirem-se a indivíduos reconhecidos como um “amálgama social de fatores negativos”, ou seja, um conjunto de pessoas de diferentes origens, misturadas e sem “nenhuma qualidade”.

Geremek reconhece a variedade conceitual e semântica a que a expressão pobre/pobreza está atrelada. Sua análise procura traçar um “esboço das questões que podem ser consideradas elementos indispensáveis para uma interpretação histórica da imagem do pobre e do vagabundo. “ (Geremek, 1995:18). O autor fundamenta seus estudos no exame textual de histórias sobre mendigos que servem de “espelho” para descrever a sua condição social em cada período.

“Nessas diferentes situações e ao longo do tempo, o modelo do pobre apresentado pela literatura e a sua tipologia sociológica variam bastante. Ora se trata de um mendigo humilde que encontra na renúncia a satisfação moral, ora de um filósofo que vê na pobreza uma condição para o cultivo da reflexão independente. Porvezes o pobre é um miserável, vítima de reações RAÇÕES sociais, a quem a necessidade empurrou para as práticas infames. _ (...) A longa permanência dos principais traços da imagem do pobre na literatura europeia está relacionada com o valor negativo que a sociedade atribui a essa imagem” (Geremek, 1995:7-9).

A sociedade da época está referenciada a uma lógica de relações sociais hierarquizadas, baseadas na religião e na nobreza medieval. Estes componentes sociais são responsáveis pela construção de um discurso e uma atitude em torno da pobreza (e da miséria) muito bem circunstanciada.

(...) caráter menos geral e mais ambivalente tinham as atitudes perante a miséria.

Todavia a pobreza era um valor proclamado e afirmado pelo cristianismo (...).

Entretanto não se deve obrigatoriamente interpretar as louvações à pobreza como

sinal de uma valoração positiva do mundo da miséria. A miséria voluntária era um estado digno de elogio, enquanto a miséria por necessidade era moralmente

condenada. A sociedade urbana produziu argumentos para uma valoração social da riqueza e para que esta pudesse ser tratada como um sinal da graça de Deus.

Consequentemente a miséria constituía a prova da falta da ajuda divina e talvez

até da sua ira. No plano societário, o pobre era tratado como alguém que subvertia a ordem social e era socialmente perigoso. (Geremek, 1995:10)

Sua abordagem perpassa a análise literária e documental em vários países da Europa, como Alemanha, França, Itália, Espanha e Inglaterra. Ele descreve o fenômeno do pobre e do vagabundo como uma presença universal na consciência (Text Box comment PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0510675/CA) e na imaginação literária.

O contexto social que Geremek analisa refere-se a uma Europa ainda fragmentada, marcada pela devastação sociodemográfica causada pela peste negra e pelo colapso da estrutura feudal, crise ideológica da Igreja e guerras. É importante registrar que, neste período, uma ascendente classe de burgueses enriquecia, principalmente com o comércio nas novas colônias. Não havia trabalho para todos e, mesmo os que trabalhavam, ganhavam remunerações irrisórias, muitas vezes, insuficientes para a sua subsistência.

O autor descreve o processo de pauperização como um fenômeno social que advém dos processos de empobrecimento e rebaixamento de classe no período de expansão do capitalismo das cidades. As limitadas possibilidades de absorção das cidades tornaram comuns as massas de miseráveis. Porém, ele sinaliza que a prevalência da mendicância é anterior ao fenômeno da pauperização e urbanização.

Massas esfomeadas de miseráveis dirigiam-se para lá, enchendo as praças e ruas, e quando encontravam as portas fechadas

ficavam esperando ajuda ao pé das muralhas, contando com a comida, o leito ou a esmola de um passante _ (...) a idéia de pobreza relacionada a dogmas cristãos é superada nesta fase da Idade Média dando lugar a uma imagem da miséria como uma praga social e do pobre como uma figura perigosa para a ordem pública. (Geremek, 1995:20 -22).

As representações literárias expressas na “psicologia do vagabundo, desvalido escrevem três tipos fundamentais: o mendigo ou vagabundo, desvalido aversão ao trabalho e a dependência ou a subalternidade eram motivações mais freqüentes nesse quadro); o personagem ridículo (outsider); o homem dirigido pelos outros - Other-directed -(privado de personalidade própria, um homem que sucumbia às más influências). (Geremek, 1995: 306). Segundo Geremek, o modo de vida dos vagabundos excluía a estabilidade como fundamento de uma vida digna. O traço principal mais freqüente desse modo de vida era a condição de “sem domicílio fixo”.

A Igreja teve importantes e diferentes papéis nesta época, seja de “valoração dos pobres como preferidos de Deus”, seja no destaque da caridade como virtude fundamental, seja no apoio a Ordens Mendicantes.

As Ordens religiosas Mendicantes tinham por norma que seus membros não possuíssem bens em comum, tendo como princípio uma vida calcada na pobreza individual. Estas regras, votos de pobreza, de um modo geral, faziam parte das demais Ordens religiosas.

Entretanto, era permitido às Ordens Mendicantes o direito à mendicância nos lugares públicos. Exerciam atividades caritativas e pastorais. Seus frades praticavam a pregação nas cidades. Estas Ordens, como as demais na sociedade medieval, tinham como fundamento uma organização profundamente hierarquizada, além de desfrutarem do direito da isenção dos tributos.

Apesar das perseguições (em função da popularidade), por ocasião da Contra-Reforma, as Ordens Mendicantes foram de grande utilidade apostólica e evangelizadora. O crescimento das Ordens no século XVI, entretanto, não significou uma aceitação plena da mendicância. Em outro extremo, a Igreja passa a condenar a mendicância profissional e o uso da farsa e da simulação como subterfúgio para conseguir esmolas, momento em que outras práticas, como o furto e o roubo tornam-se mais presentes em função das transformações socioeconômicas vivenciadas pela Europa a partir do processo de industrialização.

Com o advento do capitalismo, configuram-se na Europa gradações em termos de desenvolvimento econômico. Nos países com menor desenvolvimento, os andarilhos e mendigos permanecem por mais tempo como objeto da ação caritativa da Igreja. Nos países onde este processo foi mais contundente, surgiu uma categoria constituída por pessoas não absorvidas pelo mercado de trabalho ou excluídas do processo de produção: lupemproletariado. Esses “sobrantes” passariam a ser objeto de ações tanto repressivas como de atendimento público por parte do Estado. Pobreza e mendicância no Brasil Colonial .

No Brasil, podemos citar como referências à pobreza e aos mendigos no século XIX, as obras do historiador Walter Fraga Filho: “Mendigos Moleques e Vadios na Bahia” e de Laura de Mello e SOUZA, Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII.

Souza (1982) inicia sua pesquisa sobre a pobreza no Brasil colonial a partir da atividade mineradora do século XVIII. Neste estudo, busca compreender os processos que envolvem e determinam a desclassificação social: “O desclassificado social é um homem livre pobre freqüentemente miserável -, o que, numa sociedade escravista, não chega a apresentar grandes vantagens com relação ao escravo.” (Souza, 1982:14).

Segundo a historiadora, neste período: “(...) os viajantes traçaram o retrato trágico de homens miseráveis que vegetavam nas fímbrias do sistema, voltados para uma agricultura de subsistência mesquinha e esporádica que, muitas vezes, mal conseguia impedir com que morressem de fome” (Souza, 1982:71).

Como seu objeto de análise insere-se no período colonial ou, melhor dito, numa realidade histórica diversa daquela da industrialização capitalista, a autora optou pela utilização do conceito de classificação social, para o qual há como reverso, ou contraponto, a desclassificação em uma sociedade estamental.

“Na mineração, como de resto em qualquer atividade primordial da colônia, a força de trabalho era basicamente escrava, havendo, entretanto os interstícios ocupados pelo trabalho livre

ou semilivre. Se, por um lado, o forro, o miserável no mais das vezes, é facilmente passível de ser reescravizado por indivíduos que, nesse sistema, não chegam a ser excessivamente escrupulosos. Por outro, uma vez livre, o peso desclassificador da estrutura econômica e das superestruturas de poder o empurram para as fímbrias da sociedade, onde passa a vegetar, na impossibilidade de colocar sua força de trabalho no mercado. O sistema que o engendrou o deixa, simultaneamente, sem razão de ser". (SOUZA, 1982, p.68.).

Impedido de fazer parte da ordem social de uma forma que não fosse na condição de escravo, negros libertos e desclassificados se vêem na possibilidade de construir sua inserção nos espaços da antiordem. Assim, foi sendo construída toda uma "ideologia da vadiagem" e da "humanidade inviável". Souza prossegue sua análise, descrevendo este processo:

"À perplexidade do homem livre pobre e constantemente desclassificado, a camada dominante opôs um corpo bastante organizado de formulações cujas raízes lançam seus frutos ainda hoje, pois foram incorporadas e reelaboradas pela nossa tradição autoritária. Em síntese, a camada dos homens pobres era tida como uma outra humanidade, inviável pela sua indolência, pela sua ignorância, pelos seus vícios, pela mestiçagem ou pela cor negra de sua pele; habitantes de uma terra rica e farta, esses homens nada faziam para dela conseguir frutos; poderiam viver de expedientes e esmolas, descurando do futuro repudiando as formas permanentes da atividade econômica e abraçando um modo de vida itinerante e imprevidente". (SOUZA, 1982)

Da mesma forma, as instruções da Colônia, os autos do Santo Ofício, as narrativas dos viajantes e os relatos historiográficos compuseram e sedimentaram as representações sociais sobre negros africanos e seus descendentes como “seres portadores de uma condição inferior”, como “não-seres-humanos” sujeitos à degradação em todos os níveis de existência e sociabilidade.

Para Fraga Filho (1979), a partir dos registros de instituições (religiosas, hospitalares e jurídico-policiais) e dos jornais da época, analisa os pobres e libertos da cidade de Salvador. Descreve a mendicância como uma alternativa da sobrevivência mais ou menos instituída e legitimada da época. Ao examinar o que representava o termo “vadiagem”, acaba por defini-lo a partir de duas dimensões: ociosidade e itinerância.

A ociosidade, de acordo com os discursos instituídos, caracterizava as pessoas pela ausência de vinculação senhorial, pela irregularidade ou a descontinuidade do trabalho: eram pescadores, marinheiros, estivadores, ambulantes ou, simplesmente, mendigos.

O segundo componente da vadiagem, a itinerância, configurava-se através de uma sociedade baseada em relações pessoais, na qual “pôr o pé na estrada” ou “vagar por vilas e cidades”, sem laços de dependência, significava situar-se fora da ordem estabelecida.

“A vida itinerante dava ao homem livre pobre um sentimento de autonomia, que era visto como inconveniente às relações sociais e de poder existentes. Os vadios violavam a ordem patriarcal,

segundo a qual todo homem devia ter seu lugar, sua família, seu senhor”. (Fraga Filho, 1996: 79).

Ainda segundo Fraga F^o, tanto os arquivos institucionais, como os relatos de viajantes e a imprensa da época registravam centenas de jovens e crianças que viviam nas ruas da cidade de Salvador, como consequência da orfandade, do abandono ou da fuga do convívio familiar. A vida na rua era, por um lado, uma alternativa à ausência de perspectivas para esse contingente que descendia de negros pobres e livres.

Além disso, significava a libertação das funções subservientes e serviçais nos sobrados ou da subordinação aos “mestres de ofício”. Essas duas instituições destinadas aos jovens pobres e negros guardavam completa fidelidade à ordem escravista: na relação de pertencimento a um senhor, no disciplinamento corporal e na exploração não-remunerada do trabalho.

Estudos recentes: ampliação conceitual e incorporação de novas categorias analíticas.

No século XX e início do século XXI, a população de rua (até então designada ainda como mendigos) passa a ser um personagem do cotidiano das grandes cidades. No Brasil, destacamos o estudo realizado por Stoffels, na década de 70, que teve como objeto de pesquisa os “mendigos da cidade de São Paulo”.

Tendo como referencial teórico para esta análise uma aproximação do conceito de lupemproletariado, Stoffes indica que o grupo de mendigos é duplamente residual. Esclarece que, por não vender mais sua força de trabalho, uma parte passa a

constituir um peso morto do exército de reserva e outra continua intermitente ou regularmente desempenhando atividades informais.

Compreende a complexidade da então mendicância em duas dimensões: o mendigo em sua constituição enquanto sujeito histórico e a relação da mendicância com a ideologia dominante.

Na tentativa de construção do conceito de mendicância, a autora examina uma série de discursos “científicos” relacionados às seguintes dimensões: jurídica, criminológica, psiquiátrica e psicológica.

Apesar de apoiar-se no discurso científico, esse conjunto de dimensões tem como denominador comum uma perspectiva extremamente moralizante. As tendências de caracterização moral do mendigo parecem ter origens e fundamentos particularmente ligados às ideologias de cunho religioso e estruturam-se, basicamente, em torno de um mesmo núcleo: a “responsabilidade moral do indivíduo”.(Stoffels,1977, p.32).

Para a autora, a população de rua amplia duas outras concepções mais usuais: o vadio que pede esmola (concepção da formação passiva da dádiva) e o marginal ou indivíduo em vias de marginalização que só sobrevive pedindo (concepção do pedinte como mero efeito de estrutura).

As difíceis conjunturas econômicas das décadas de 1970 e 1980 sobre as quais a autora faz referência em sua pesquisa deixaram parcelas significativas de trabalhadores desempregados, alijados do mercado de trabalho formal. São pessoas que

passaram a exercer atividades instáveis e de baixa remuneração e principalmente desprovidos de uma moradia fixa, oscilando entre pensões, albergues e as ruas. O estudo pioneiro de Stoffels só foi seguido, anos mais tarde, por uma série de outros autores, que passaram a considerar os novos fenômenos envolvendo o aumento da população nas ruas.

Um primeiro estudo a ser destacado é a pesquisa realizada em São Paulo pela Secretaria Municipal do Bem-Estar Social intitulada: “População de rua: que é? Como vive e como é vista?” (1992), no qual se apontava que, na cidade de São Paulo, até aquele momento, não havia políticas consistentes no âmbito das secretarias municipais e estaduais dirigidas à população de rua. Este trabalho rompeu com o paradigma clássico da “vagabundagem”, ao apresentar um perfil de trabalhadores em “situação de desemprego e subemprego”. Tal perspectiva contrariava a visão corrente na sociedade, que concebia a população de rua como desocupada.

Esta mesma pesquisa apontava dois fenômenos novos: de um lado, o aumento da drogadição, para além do “clássico alcoolismo”, que acompanhava tradicionalmente a presença dos mendigos nas ruas, dada a introdução do “crack”.

De outro, o início da organização social dos moradores de rua através de um movimento coletivo, organizado em articulação com a luta pela terra do Movimento dos Sem Terra (MST). Cabe mencionar que as organizações da população de rua vêm se constituindo como um elemento que contribui para a recuperação da dignidade pessoal e do sentimento de pertencimento à coletividade.

No Rio de Janeiro, analisamos a pesquisa realizada por Sarah Escorel, (1999) que teve como objetivo “uma reflexão teórico-crítica sobre o desvendamento da lógica interna destes sujeitos à luz do conceito de exclusão”.

De modo empírico, este estudo apresentou dados sobre o estilo de vida, as escolhas e os sentimentos dos “moradores de rua”. Para a autora, a maioria dos moradores de rua é composta por homens sós, sem convivência permanente com o grupo familiar. O distanciamento da unidade familiar e o rompimento de laços e referências que os vinculam à sua comunidade conduzem-nos a uma experiência de isolamento. O isolamento é uma característica geral da população que habita as ruas, conferindo-lhes o significado existencial de “não ter um lugar no mundo” (Escorel, 1999, p.166).

Para a autora, os moradores de rua devem estar onde podem suprir suas necessidades. Por isso mesmo, elaboram suas territorialidades em virtude do que lhes permite minimamente garantir a sobrevivência nas ruas. A respeito dessa questão, Escorel esclarece:

“Dentre os fatores que interferem na constituição e estabilidade dos grupos de moradores de rua encontram-se intrinsecamente associados o tecido relacional interno ao grupo e o espaço urbano ocupado, sua territorialidade. Os grupos estabelecem um cotidiano onde são compartilhadas estratégias de sobrevivência fisiológicas e rendimentos (o produto da esmola, alimentos, informações sobre locais propícios ao pedido, repouso, obtenção de documentos e assistência em geral), por sua vez, condicionadas ao tipo de espaço urbano ocupado. A população de rua distribui-se na geografia das cidades segundo

as possibilidades de obtenção de rendimentos e de resolução de suas necessidades básicas. Entre estas, verifica-se que, num primeiro momento, segurança e cobertura (abrigo ou teto) são os principais requisitos. Em seguida, para sobreviver nas ruas, os locais são escolhidos segundo as possibilidades de oferta de água, alimentos e/ou doações e rendimentos. O mais difícil é conseguir um local onde possam de maneira regular tomar banho, lavar a roupa e limpar seus pertences. A dificuldade de acesso à água e à higiene é relativamente homogênea em todo o território urbano'. (Escorel, 2000, p. 147)".

É importante considerar que este fenômeno não se restringe aos chamados países de Terceiro Mundo. Verifica-se igualmente uma preocupação crescente com os "homeless" nos EUA e Inglaterra; com os "sem domicilio fixo" (SDF) no Canadá e na França. O historiador Hobsbawm indica a existência de "pessoas sem teto" como resultado do crescimento econômico, em que muitos dos países ricos e desenvolvidos se vêem novamente acostumando-se com a presença de desabrigados.

"O reaparecimento de miseráveis sem teto é parte do impressionante aumento das desigualdades, social e econômica, da nova era. Pelos padrões mundiais, as ricas economias de mercado desenvolvidas "não eram - ou ainda não eram particularmente injustas na distribuição de sua renda".(Hobsbawm, 1995: p. 396).

Nos Estados Unidos, Snow e Anderson (1998) realizaram um estudo de caso sociológico a respeito de uma "sub-cultura de vida de rua" entre os adultos que viveram ou passaram por Austin-Texas, entre 1984 e 1986. Este estudo destaca três

dimensões do desabrigo: uma dimensão residencial, uma dimensão de apoio familiar e uma dimensão de valor moral e de dignidade pessoal. Como primeira dimensão, indica a “ausência de condição de moradia convencional permanente”. A segunda dimensão diz respeito aos “laços familiares e às redes sociais”, ou seja, a ligação entre indivíduo e sociedade; o terceiro traço distintivo

do desabrigo é o “grau de dignidade e de valor moral”.

Além disso, esta obra desenvolve uma tipologia do “povo de rua” baseada em três critérios: estilos de vida, aspectos cognitivos e tempo de vida nas ruas. Daí constrói oito categorias: recém-deslocados, vacilantes regulares, vacilantes irregulares, andarilhos tradicionais e andarilhos hippies, mendigos tradicionais e mendigos redneck (tipo regional do sul do EUA), e ainda doentes mentais.

Os autores constatam que, quanto maior o tempo de permanência nas ruas, mais difícil é a possibilidade de se afastarem delas. O modo de vida nas ruas é altamente padronizado e pouco mudou em sua essência: os serviços que lhe são prestados continuam de natureza emergencial e a visão dominante continua a perceber suas condições de vida como “patológicas” ou como “resultado de deficiências individuais”.

As perdas acumuladas e as deficiências encontradas são classificadas por Snow e Anderson (1998) em quatro categorias de déficits que (de) limitam a vida

dos moradores de rua: deficiências físicas e mentais, falta de capital humano, recursos materiais e de margem social.

Concluindo este capítulo inicial, podemos observar que, embora a nomenclatura e obviamente a conjuntura econômica e social tenham sofrido modificações brutais, configura-se como uma constante nas grandes cidades o fato de pessoas habitarem as ruas. A Revolução Industrial gerou desenvolvimento, progresso e uma gama de miseráveis. A revolução tecnológica, do mesmo modo que nos assombra com suas maravilhas, está gestando o seu quinhão de aumento da miséria.

Na atualidade, o termo mendigo tecnicamente evoluiu para “moradores de rua ou moradores em situação de rua”. No campo moral, ou seja, dos valores sociais atribuídos a esta população permanecem antigos conceitos e designações associados à vadiagem, vagabundagem, marginalidade, periculosidade. Assim, permanecem como designações:

O Vagabundo: sem trabalho, quando o morador de rua perde sua dignidade pessoal. Em pesquisas em que o trabalho adquire papel central na conformação da identidade dos indivíduos, as pessoas em situação de rua, mesmo aquelas que desenvolvem atividades informais, são comumente consideradas improdutivas, inúteis, preguiçosas e vagabundas. (MATTOS, 2003).

Pode ser pensado em termos do que cientistas sociais que estudam o processo de trabalho chamam de capital humano: atributos adquiridos que salientam o valor de um indivíduo na força de trabalho, tal como a

educação, aptidões ocupacionais ou experiência profissional. (Snow e Anderson , 1998, pg.443) 4 A margem social é composta da boa vontade das pessoas dentro do âmbito de influência do ator, e do tempo, crédito ou dinheiro que estão dispostas a dedicar para assisti-lo, se surgir a necessidade. Os pares de rua têm pouca margem social para partilhar e os empregadores, mesmo quando contratam os moradores de rua, podem não estar disposto a lhes dar muito espaço para erro. (Snow e Anderson, 1998, pg.447-448) O Louco: faz parte do "discurso psiquiátrico que os identifica como" doentes mentais" ou "desviantes sociais". Este conteúdo, difundido no senso comum, assume que a mendicância pode ser considerada, de modo geral, "como gênese e produto de distúrbios de personalidade, doenças mentais ou psicopatia..." A caracterização das pessoas, em situação de rua, como anormais, carrega em si a comparação com uma "normalidade" vista como forma legítima de vida na sociedade (Stoffels 1977, p. 262).

O Sujo: segundo a autora Magni, (1994), a clássica descrição dessas pessoas como "arquétipo do fedor" é um exemplo claro desta estigmatização.

O Perigoso: presente nos "discursos ideológicos" que rotulam as pessoas em situação de rua, o "discurso jurídico" e "criminológico" as apreende como "perigosas" e "criminosas". O conjunto de medidas da esfera jurídica fundamenta-se na concepção de responsabilidade do vagabundo, que equivale na realidade, a um preconceito em relação ao indivíduo pobre, visto como ocioso e perigoso para a ordem social (Stoffels 1977).

O Coitado: seria aquela imagem relacionada comumente ao “discurso religioso”, no qual o morador de rua é alvo de piedade e detentor de um status inferior. Para Mattos, além de ser uma crença que dificulta a criação de possibilidades para estes indivíduos conquistarem suas saídas das ruas, é uma visão que favorece ações meramente assistencialistas e paliativas, o que, provavelmente, tende a manter o problema. (MATTOS, 2003).

A sociedade marginaliza a população de rua porque entre outros constitutivos ela não corresponde ao sucesso ou ao êxito individual, atributo no qual a sociedade contemporânea se baliza. Cabe observar que a perspectiva de oportunidades ao alcance de todos remete a uma rejeição do desamparo também como condição humana. Neste cenário são produzidas representações identitárias que se reconhecem e reconhece o outro a partir prioritariamente da localização social e econômica.

Diante destas pesquisas relatadas ao longo do tempo, observa-se que o desvalido hoje tem o amparo de leis extensas, a qual passa-se a observar nesta pesquisa **REFLEXIVA**, por dados anteriores da **PUC e a que se segue adiante:**

Governo Federal

*POLÍTICA NACIONAL
PARA INCLUSÃO SOCIAL DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA*

Maio de 2008

Brasília/DF

APRESENTAÇÃO

Este Documento apresenta a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua como forma de orientar a construção e execução de políticas públicas votadas a este segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos.

A presente Política é fruto das reflexões e debates do Grupo de Trabalho Interministerial para Elaboração da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua,

Instituído pelo Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006, e composto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além da fundamental participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua

(MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da

Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada. Ressalte-se o protagonismo que o público-alvo desta Política Nacional, por meio do MNPR, tem em todo o processo de avaliação e discussão das propostas.

A consolidação das idéias inseridas neste Documento percorre um processo necessário de Discussão de seu texto nos diversos fóruns de debate de políticas públicas sociais, de forma a permitir a mais ampla participação de diferentes segmentos da sociedade.

Este Documento, além da Introdução, na qual se explanam os fatores que propiciam a reprodução do fenômeno população em situação de rua, está composto pelo tópico Caracterização da População em Situação de Rua, onde há a descrição, com base na Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua1, do perfil sociodemográfico e econômico das pessoas em situação de rua. Mais à frente, encontram-se os Princípios e Diretrizes norteadores da ação pública para a população em situação de rua. Por fim, são descritas as diversas ações em construção que conformam uma agenda mínima estruturada por Ações Estratégicas, sob a coordenação dos respectivos setores.

Pesquisa Nacional Censitária e Por Amostragem da População em Situação de Rua, realizada em 2007, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conferir mais detalhes sobre essa Pesquisa na sessão 'Caracterização da População em Situação de Rua'.

INTRODUÇÃO

As propostas contempladas por esta Política Nacional têm por objetivo abarcar questões Essenciais concernentes à parcela da população que faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades. Estas pessoas relacionam-se com a rua, segundo parâmetros temporais e identitários diferenciados, vis-a-vis os vínculos familiares, comunitários ou institucionais presentes e ausentes. Em comum possuem a característica de estabelecer no espaço público da rua seu palco de relações privadas, o que as caracteriza como 'população em situação de rua'.

A existência de indivíduos em situação de rua torna patente a profunda desigualdade social brasileira, e insere-se na lógica do sistema capitalista de trabalho assalariado, cuja pobreza extrema coadina-se com seu funcionamento (Novak,1997). Fenômeno presente na sociedade brasileira desde a formação das primeiras cidades (Carvalho, 2002), a existência de pessoas em situação de rua, traz na própria denominação 'rua' a marca do estigma e da exclusão a que são submetidas. Sua presença incomoda e desconcerta quem

busca ver nas ruas a mesma tranqüilidade asséptica de conjuntos habitacionais com circulação restrita de pessoas.

A população em situação de rua encerra em si o trinômio exprimido pelo termo exclusão: expulsão, desenraizamento e privação. Segundo a definição de cientistas sociais como Alcock (1997) e Castel (1998), exclusão social relaciona-se com situação extrema de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva. Assim, pessoas em situação de rua podem se caracterizar como vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes (Martins, 1994).

Como aponta Silva (2006), são comumente enumeradas várias espécies de fatores motivadores da existência de pessoas em situação de rua, tais como fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores biográficos (alcoolismo, drogadição, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens, etc. além de desastres de massa e/ou naturais (enchentes, incêndios, terremoto, etc.). Ainda segundo a autora, está claro que se trata de um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado desde uma perspectiva unívoca e monocausal. São múltiplas as causas de se ir para a rua, assim como são múltiplas as realidades da população em situação de rua. “(...) pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas.

Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo”.

(Silva, 2006, p.95).

As visões estigmatizantes da sociedade civil, e também do Estado, sobre a população em situação de rua costumavam restringir-se às pulsões assistencialistas, paternalistas, autoritárias e de “higienização social”. Essas perspectivas não poderiam dar conta do complexo processo de reinserção destas pessoas nas lógicas da família, do trabalho, da moradia, da saúde e das tantas outras esferas de que estão apartadas.

Ao mesmo tempo, a rua não deve ser vista somente como lugar de circulação entre espaços privados, uma espécie de limbo entre situações reconhecidas, mas como espaço em si, tão abarcador e produtor de realidades como qualquer outro. Estar na rua é ocupá-la, não como violação do espaço limpo e vazio. É preciso desconstruir a bipolaridade ontológica entre normal e anormal colocada para as pessoas em situação de rua, considerando a produção e reprodução de identidades sociais dentro mesmo do que Gregori (2000) conceitua como circulação entre espaços e papéis sociais.

A presente Política Nacional faz parte do esforço de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re)integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo.

A legislação brasileira vigente reconhece e preconiza a família como lugar essencial e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos. O conceito de família, porém, vem passando por um interessante processo de ressignificação, resultante tanto de mudanças ocorridas nas formas de organização social no Brasil.

Neste sentido, é interessante lembrar do estudo de Cíntia Sarti, intitulado A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres, de 2000, que demonstra os diversos

arranjos societários adotados pelas camadas mais pobres da sociedade brasileira, como a família extensa e a circulação de crianças entre várias casas da mesma família diversos movimentos sociais, como o movimento de mulheres e os movimentos em defesa dos direitos da criança, pelo reconhecimento do direito, na legislação, à diversidade de formas de estruturação familiar, que cumprem funções familiares tão legítimas quanto aquelas desempenhadas dentro da família nuclear patriarcal, formada pelo marido (chefe da casa), a mulher e os filhos. Conforme se lê no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária :

“Ou seja, a família nuclear tradicional, herança da família patriarcal brasileira, deixa de ser o modelo hegemônico e outras formas de organização familiar, inclusive com expressão histórica, passam a ser reconhecidas, evidenciando que a família não é estática e que suas funções de proteção e socialização podem ser exercidas nos mais diversos arranjos familiares e contextos socioculturais, refutando-se, assim, qualquer idéia preconcebida de modelo familiar “normal”. (Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do direito de crianças e adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, página 29)

Neste sentido, vem-se imprimindo grande flexibilidade ao conceito de instituição familiar, não se tratando mais de conceber um modelo ideal de família, mas sim de ultrapassar a ênfase na estrutura familiar para focar a capacidade de a família, em uma diversidade de arranjos (tais como família nuclear, família extensa, etc.), ser a célula base de políticas públicas, lugar de realizações individuais plenas.

Vale demonstrar, de acordo como Bruschini (1981), que a família “não é a soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade” (p. 77). Mais do que isto, é crucial afirmar que a família cria e recria realidades, visões de mundo e apropriações da moral hegemônica, funcionando tanto como local de crescimento e florescimento de realizações individuais quanto, muitas vezes, como espaço opressor de individualidades. Ao mesmo tempo em que as famílias submetem-se ao poder público estatal, elas também são consideradas por este

autônomas e capazes de gerir seu próprio caminho. A partir desta discussão, é imprescindível que as políticas públicas, que têm a família como célula base, façam as vezes de estimuladoras e reguladoras de suas funções, ao mesmo tempo envidando esforços para o restabelecimento de laços familiares e sociais fragilizados e agindo como agente controlador e regulador das inúmeras violências físicas, psíquicas e simbólicas que acontecem dentro das famílias, muitas vezes levadas a cabo por alguns de seus membros contra os outros.

É dentro deste universo semântico que se colocam as considerações sobre o enfraquecimento de vínculos familiares por que tendem a passar as pessoas em situação de rua, e os esforços tomados pela presente Política para que se restabeçam os laços familiares fragilizados, ou para que se criem novos laços em múltiplos arranjos familiares e de redes sociais de apoio.

Outro ponto a ser ressaltado é a importância da inclusão desta Política na perspectiva de políticas públicas que concretizem direitos conquistados historicamente pelo protagonismo da população-alvo e de seus aliados, combatendo injustiças sociais praticadas contra setores pauperizados e estigmatizados da população. Trata-se, portanto, do estabelecimento e da manutenção da inclusão social, que requerem do Estado a provisão de um padrão mínimo de bem-estar, e da garantia perene destes direitos sociais.

Neste sentido, como apontam teóricos como Oscar Lewis (1978), há que se caracterizar pessoas em situação de rua não apenas pela falta de atributos, mas por atributos específicos a elas.

Em 1993, o Congresso Nacional aprovou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamentou os Artigos 203 e 204 da Constituição Federal, “reconhecendo a Assistência Social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, além de garantir a universalização dos direitos sociais”. Posteriormente, a LOAS recebeu alteração para a inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população em situação de rua, por meio da Lei n 11.258/05, de 30 de dezembro de 2005.

De acordo com a nova legislação, portanto, o poder público municipal passou a ter a tarefa de manter serviços e programas de atenção à população de rua, garantindo padrões básicos de dignidade e não-violência na concretização de mínimos sociais e dos direitos de cidadania a esse segmento social.

Mesmo em face da proeminência aparente que a legislação supracitada sugere para o tratamento desta temática pela Assistência Social, claro está que a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua ganhará concretude no esforço dos diferentes setores do Poder Público em articulação com a sociedade civil no sentido de imprimir ações efetivas de prevenção e resgate social.

Assim como as pessoas em situação de rua têm por direito constitucional serem consideradas cidadãos integrais, também as políticas públicas que as contemplam devem ser pensadas desde uma perspectiva interdisciplinar e integral, deslocando-se da Assistência Social a responsabilidade exclusiva pelo atendimento a este segmento.

Dada a heterogeneidade e multiplicidade de indivíduos que compõem as ações para a denominada população em situação de rua, é de grande importância perceber as intersecções entre esta política com os variados planos, políticas e marcos legais, tais como o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Política Nacional para Promoção da Igualdade Racial, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, e tantos outros que se entrecruzam na realidade específica desta população.

A Constituição Federal estabelece, em seu Artigo 5º, a igualdade de todos os cidadãos brasileiros perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. No artigo 6º, lê-se que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

A presente política estrutura-se em dois eixos principais: o primeiro, relativo à verticalidade federativa, conjuga as ações municipais, estaduais e federais, que devem trabalhar em complementaridade para atender às demandas da população. O segundo eixo diz respeito à interdisciplinaridade e intersetorialidade na atuação para a população em situação de Rua São imprescindíveis os trabalhos conjuntos das diversas pastas governamentais, além de instituições ou de movimentos da sociedade civil organizada.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Um dos desafios a serem enfrentados, ao se propor a construção de uma política nacional para inclusão social da população em situação de rua, está em sua própria conceituação. A diversidade de grupos e distintas localizações, a heterogeneidade desta população e das condições em que se encontra (como por exemplo, a existência de pessoas que não têm endereço fixo e de pessoas que possuem endereço, porém permanecem a maior parte do tempo nos logradouros públicos (Ferreira, 2005) tornam difíceis sua caracterização unívoca e imediata.

A rua pode se constituir num abrigo para os que, sem recursos, dormem circunstancialmente em logradouros públicos ou pode indicar uma situação na qual a rua representa seu habitat, propriamente dito, onde encontra-se estabelecida uma intrincada rede de relações. O que unifica essas situações e permite designar os que a vivenciam como populações de rua é o fato de que, tendo condições de vida extremamente precárias, circunstancialmente ou permanentemente, utilizam a rua como abrigo ou moradia. “Essas situações podem ser dispostas num continuum, tendo como referência o tempo de rua; à proporção que aumenta o tempo, se torna estável a condição de morador (...)”. (Silva, 2006)

Faz-se relevante perceber que o termo “povo da rua” têm passado por revalorização e ressignificação positiva, devido ao valoroso papel dos movimentos organizados de pessoas em situação de rua, dentro da idéia de protagonismo social e autonomia sobre suas vidas.

São diversos os grupos de pessoas que estão nas ruas: imigrantes, desempregados, egressos dos sistemas penitenciário e psiquiátrico, entre outros, que constituem uma enorme gama de pessoas vivendo o cotidiano das ruas. Ressalte-se ainda a presença dos chamados “trecheiros”: pessoas que transitam de uma cidade a outra (na maioria das vezes, caminhando a pé pelas estradas, pedindo carona ou se deslocando com passes de viagem concedidos por entidades assistenciais).

Mesmo em face da diversidade de motivações de ida à rua e de situações que caracterizam as situações de rua, utiliza-se no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para fins instrumentais, a seguinte definição: "Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar."

9

A população em situação de rua pode ser definida como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento. Naturalmente, existem muitas outras especificidades que perpassam a população de rua e devem ser consideradas, como gênero, raça/cor, idade e deficiências físicas e mentais.

Utilizando-se do conceito de população em situação de rua mencionado, levou-se a cabo, durante o ano de 2007, uma pesquisa nacional censitária e por amostragem da população em situação de rua, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os critérios estabelecidos para a realização da pesquisa ou contagem da População

em Situação de Rua foram orientados pelos objetivos de efetuar um levantamento, em escala nacional, o mais abrangente possível. Partiu-se da premissa de que há tendência de maior concentração de pessoas em situação de rua em municípios mais populosos e nas capitais dos estados. Os municípios mais populosos e as capitais concentram maiores recursos, serviços e possibilidades. Assim, tendem a ser mais procurados por pessoas em situação de vulnerabilidade que necessitam de oportunidades de emprego e condições mais favoráveis para a sua sobrevivência.

Nesse sentido, estabeleceu-se como universo da pesquisa os municípios com população igual ou superior a 300.000 habitantes, as capitais de estado e o Distrito Federal. Foram excluídos do universo, os municípios que realizaram recentemente levantamento semelhante (Belo Horizonte-MG, São Paulo-SP, Recife-PE e Porto Alegre-RS). Assim, foram selecionados 71 municípios, sendo 23 capitais e 48 municípios com população igual ou superior a 300.000 habitantes⁴. A base de dados utilizada para esta seleção foi o DATASUS do ano de 2004. Em todas as cidades selecionadas foi realizado um censo das pessoas em situação de rua, por meio da aplicação de um questionário reduzido, e uma pesquisa amostral que investigou um conjunto maior de questões.

A pesquisa nacional, imprescindível para o conhecimento aprofundado da população em situação de rua, identificou 31.922 pessoas (maiores de 18 anos) em situação de rua. Este número total, se considerado juntamente com as pesquisas de outras cidades, cujos dados estão disponíveis podemos estimar um número aproximado de 50.000 pessoas nas capitais de estado (e Distrito Federal) e cidades com mais de 300 mil habitantes do Brasil.

4

A realização e organização da pesquisa/contagem foi realizada a partir de oficinas com técnicos do MDS e do Instituto Meta de Pesquisa de opinião (empresa selecionada por meio de licitação pública), representantes de secretarias municipais de assistência social, representantes do CONGEMAS e do FONSEAS, além de representantes dos movimentos sociais que atuam em defesa dos direitos da população em situação de rua.

Em termos proporcionais e/ou percentuais, a Pesquisa Nacional aponta para dados semelhantes àqueles coletadas nas pesquisas municipais supracitadas. A Contagem Nacional apontou que 0.061% da população das cidades pesquisadas encontram-se em situação de rua.

A partir da Pesquisa nacional foi possível auferir uma diversidade de dados relativos ao perfil (características socioeconômicas e formação escolar); trajetória de rua (razões de ida à rua, deslocamentos, entre outros); histórico de internação em instituições; pernoite, vínculos familiares e trabalho; acesso à alimentação, serviços e cidadania; discriminações sofridas; participação em movimentos sociais.

A população em situação de rua é predominantemente masculina, 82%. Mais da metade (53,0%) das pessoas em situação de rua adultas entrevistadas – somente foram entrevistadas pessoas com 18 anos completos ou mais – se encontra em faixas etárias entre 25 e 44 anos.

39,1% das pessoas em situação de rua se declararam pardas. Essa proporção é semelhante à observada no conjunto da população brasileira (38,4%). Declararam-se brancos 29,5% (53,7% da população em geral) e pretos 27,9% (apenas 6,2% na população em geral). Assim, a proporção de negros (pardos somados a pretos) é substancialmente maior na população em situação de rua.

Os níveis de renda são baixos. A maioria (52,6%) recebe entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais.

74% dos entrevistados sabem ler e escrever. 17,1% não sabem escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. A imensa maioria não estuda atualmente (95%). Apenas 3,8% dos entrevistados afirmaram estar fazendo algum curso (ensino formal 2,1% e profissionalizante 1,7%). Diagnosticou-se que 48,4% não concluíram o primeiro grau e 17,8% não souberam responder/não lembram/não responderam o seu nível de escolaridade. Apenas 3,2% concluíram o segundo grau.

A maioria da população pesquisada afirmou que costuma dormir na rua (69,6%). Um grupo relativamente menor (22,1%) costuma dormir em albergues ou outras instituições. Apenas 8,3% costumam alternar, ora dormindo na rua, ora dormindo em albergues. Na última semana (em relação à data da entrevista) a maioria dormiu somente na rua (60,5%). Pernoitaram somente em albergues ou outras instituições 20,0%. E alternaram rua e albergue 8,3%. Preferem dormir na rua 46,5% dos entrevistados, enquanto 43,8% manifestaram preferência por dormir em albergues. Entre aqueles que manifestaram preferência por dormir em albergue, 67,6% apontaram a violência como o principal motivo da não preferência por dormir na rua. O segundo principal motivo foi o desconforto (45,2%). Entre aqueles que manifestaram preferência por dormir na rua, 43,9% apontaram a falta de liberdade como o principal motivo da não preferência por dormir em albergue. O segundo principal motivo foi o horário (27,1%) e o 5 Crianças e adolescentes não foram entrevistados. Terceiro a proibição do uso de álcool e drogas (21,4%), ambos igualmente relacionados com a falta de liberdade.

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou ser consequência do outro).

45,8% dos entrevistados sempre viveram no município em que moram atualmente. Dos restantes (54,2% do total), 56,0% vieram de municípios do mesmo estado de moradia atual e 72,0% vieram de áreas urbanas. Isso significa que uma parte considerável da população em situação de rua é originária do mesmo local em que se encontra, ou de locais próximos, não sendo decorrência de deslocamentos ou da migração campo-cidade.

A maioria dos entrevistados (59,9%) viveu em sua vida em um número pequeno de cidades (até três cidades). 11,9% viveram em 6 cidades ou mais, indicando um comportamento que pode ser caracterizado como o de “trecheiro”. Dos que já moraram em outra(s) cidade(s), 60,1% não dormiam na rua ou em albergue na cidade anterior. Dos

que já moraram em outra(s) cidade(s), 44,8% se deslocaram em função da procura de oportunidades de trabalho. O segundo principal motivo foram as desavenças familiares (18,4%).

Do total de indivíduos pesquisados, 48,4% estão há mais de dois anos dormindo na rua ou em albergue. Dentre aqueles que dormem em albergue, estima-se que o tempo de permanência seja elevado. Encontram-se no tempo regular de permanência (1 até 6 meses) 30,4%. Estão há mais tempo 33,3%. E não informaram 36,3%.

Grande parte dos entrevistados apresentou histórico de internação em instituições. 28,1% afirmaram já ter passado por casa de recuperação de dependentes químicos; 27,0% já estiveram em algum abrigo institucional; 17,0% admitiram já ter passado por alguma casa de detenção; 16,7% afirmaram já ter passado por hospital psiquiátrico; 15,0% dos entrevistados já estiveram em orfanato; 12,2% já estiveram na FEBEM ou instituição equivalente. Cerca de 60% das pessoas em situação de rua entrevistadas afirmaram já ter passado por pelo menos uma das instituições citadas e 0,7% afirmaram ter passado por todas estas instituições. Identificou-se eventuais vínculos familiares das pessoas em situação de rua. 51,9% dos entrevistados possuem algum parente residente na cidade onde se encontram. Porém, 38,9% deles não mantêm contato com estes parentes e 14,5% mantêm contato em períodos espaçados (de dois em dois meses até um ano). Os contatos são mais frequentes (diários, semanais ou mensais) no caso de 34,3% dos entrevistados. 39,2% consideram como bom ou muito bom o relacionamento que mantêm com os parentes que vivem na mesma cidade; enquanto 29,3% consideram este relacionamento ruim ou péssimo. 23,1% mantêm contatos com parentes que vivem fora da cidade em que se encontram.

A população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores: 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Destas atividades destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência apenas 15,7% das pessoas. Estes dados são importantes para desfazer o preconceito muito difundido que a população em situação de rua é composta por “mendigos” e “pedintes”.

Aqueles que pedem dinheiro para sobreviver constituem minoria. Deste modo, a maioria tem profissão, ainda que não a estejam exercendo no momento: 58,6% dos entrevistados afirmaram ter alguma profissão. Entre as profissões mais citadas destacam-se aquelas vinculadas à construção civil (27,2%), ao comércio (4,4%), ao trabalho doméstico (4,4%) e à mecânica (4,1%).

Contudo, a maior parte dos trabalhos realizados situa-se na chamada economia informal:

apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente com carteira assinada.

Esta não é uma situação ocasional: 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada. Entre aqueles que afirmaram já ter trabalhado alguma vez na vida com carteira assinada, a maior parte respondeu que isto ocorreu há muito tempo (50,0% há mais de 5 anos; 22,9% de 2 a 5 anos).

A maioria (79,6%) consegue fazer ao menos uma refeição ao dia, sendo que 27,1% compram a comida com o seu próprio dinheiro e 4,3% utilizam o restaurante popular. Não conseguem se alimentar todos os dias (ao menos uma refeição por dia) 19,0% dos entrevistados, 29,7% dos entrevistados afirmaram ter algum problema de saúde. Entre os problemas de saúde mais citados destacam-se: hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico/mental (6,1%), HIV/Aids (5,1%) e problemas de visão/cegueira (4,6%). Dentre os entrevistados, 18,7% fazem uso de algum medicamento. Postos/centros de saúde são as principais vias de acesso a esses medicamentos. Daqueles que os utilizam, 48,6% afirmaram consegui-los por esse meio.

Quando doentes, 43,8% dos entrevistados procuram em primeiro lugar o hospital/emergência. Em segundo lugar, 27,4% procuram o posto de saúde.

Os principais locais utilizados pelas pessoas em situação de rua para tomar banho são a rua (32,6%), os albergues/abrigos (31,4%), os banheiros públicos (14,2%) e a casa de parentes ou amigos (5,2%). Para fazer suas necessidades fisiológicas, é mais utilizada a rua (32,5%), os albergues/abrigos (25,2%), os banheiros públicos (21,3%), os estabelecimentos comerciais (9,4%) e a casa de parentes ou amigos (2,7%). 24,8% das pessoas em situação de rua não possuem quaisquer documentos de identificação, o que

dificulta a obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania. Não possuem título de eleitor 61,6%, carteira de trabalho 59,9%, CPF 57,4%, certidão de nascimento ou de casamento 49,2% e carteira de identidade 40,7%. Possuem todos os documentos de identificação mencionados apenas 21,9%.

A grande maioria não é atingida pela cobertura dos programas governamentais: 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. Entre os benefícios recebidos se destacaram a aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada (1,3%).

O olhar atento sobre a realidade desse público permite concluir que as pessoas que vivem em situação de rua sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos, utilizando-se de identificar algumas dessas estratégias.

PRINCÍPIOS

I - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;

II - Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais;

III - Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade;

IV - Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória;

V - Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua.

DIRETRIZES

I - Implementação de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, estruturando as políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura e o sistema de garantia e promoção de direitos, entre outras, de

forma intersetorial e transversal garantindo a estruturação de rede de proteção às pessoas em situação de rua;

II - Complementaridade entre as políticas do Estado e as ações públicas não estatais de iniciativa da sociedade civil;

III - Garantia do desenvolvimento democrático e de políticas públicas integradas para promoção das igualdades sociais, de gênero e de raça;

IV - Incentivo à organização política da população em situação de rua e à participação em instâncias de controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, assegurando sua autonomia em relação ao Estado;

V - Alocação de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais para implementação das políticas públicas para a população em situação de rua;

VI - Elaboração e divulgação de indicadores sociais, econômicos e culturais, sobre a população em situação de rua;

VII - Sensibilização pública sobre a importância de mudança de paradigmas culturais concernentes aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais da população em situação de rua;

VIII - Incentivo à formação e à capacitação de profissionais para atuação na rede de proteção às pessoas em situação de rua; além da promoção de ações educativas permanentes para a sociedade;

IX - Ação intersetorial para o desenvolvimento de três eixos centrais: a garantia dos direitos; o resgate da auto-estima e a reorganização dos projetos de vida.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Para conferir concretude aos princípios e diretrizes estabelecidos nesta Política são apresentadas ações concretas balizadas por debates realizados no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial sobre População em Situação de Rua. As propostas assinaladas representam uma agenda mínima de ações, cuja implementação constitui desafio para toda a sociedade brasileira, tanto para os gestores governamentais quanto para a sociedade civil, devendo as mesmas serem detalhadas em programas, planos e projetos dos Ministérios e órgãos, contendo estratégias e mecanismos de operacionalização.

DIREITOS HUMANOS

1.

Capacitação dos operadores de direito do Estado (especialmente da força policial) quanto aos direitos humanos, principalmente àqueles concernentes à população em situação de rua, incluindo nos cursos de formação conteúdos sobre o tema;

2.

Fortalecimento da Ouvidoria para receber denúncias de violações de Direitos Humanos em geral, e especialmente dos direitos das populações em situação de rua;

3.

Responsabilização e combate à impunidade dos crimes e atos de violência que têm essa população como público-alvo, ampliando, assim, a possibilidade de que a rua seja um espaço de maior segurança;

4.

Oferta de assistência jurídica e disponibilização de mecanismos de acesso a direitos, incluindo documentos básicos às pessoas em situação de rua, em parceria com os órgãos de defesa de direitos.

TRABALHO E EMPREGO

1.

Inclusão da população em situação de rua como público-alvo prioritário na intermediação de emprego, na qualificação profissional e no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e com o setor público para a criação de novos postos de trabalho;

2.

Promoção de capacitação, qualificação e requalificação profissional da população em situação de rua;

3.

Incentivo às formas cooperadas de trabalho no âmbito de grupos populacionais em situação de rua;

4.

Ampliação da discussão sobre níveis de renda para a população em situação de rua;

5.

Incentivo a ações que visem a inclusão produtiva e reserva de cotas de trabalho para população em situação de rua;

6.

Promoção de oficinas sobre economia solidária, centradas no fomento e na capacitação, a partir de recortes regionais, com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego;

7.

Ampliação das cartas de crédito e do crédito solidário para a população em situação de rua;

8.

Garantia de acesso por parte da população em situação de rua a seus direitos trabalhistas e à aposentadoria.

DESENVOLVIMENTO URBANO/HABITAÇÃO

1.

Criação de alternativas de moradia para população em situação de rua nos projetos habitacionais financiados pelo Governo Federal;

2.

Desenvolvimento e implementação de uma política de Locação Social, articulada a outros ministérios e a governos municipais e estaduais, contemplando a possibilidade de estabelecimento de bolsas aluguel e/ou alternativas de moradia compartilhadas, com período máximo de recebimento do benefício;

3.

Desenvolvimento de projetos de reforma de imóveis públicos para uso habitacional e enquadramento da população em situação de rua nos programas de habitação de interesse social existentes, com ênfase nas áreas centrais urbanas.

4.

Disponibilização de imóveis vazios nos centros urbanos, por meio da articulação entre as esferas de governo para viabilização de projetos de moradia para a população de rua;

5.

Incorporação de projetos de geração de emprego e renda, associativismo e capacitação profissional em processos de planejamento das áreas centrais;

6.

Mobilização e articulação dos atores no que tange a habitação e trabalho social especificamente voltados para a população em situação de rua;

7.

Inclusão de critérios de priorização de projetos que levem em consideração a população em situação de rua nos programas habitacionais financiados pelo Governo Federal,

1

notadamente o FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) e o FGTS (Fundo de garantia por Tempo de Serviço);

8.

Garantia de integração entre habitação e meios de sobrevivência, tais como proximidade dos locais de trabalho, facilidade de transporte, infra-estrutura, etc.;

9.

Promoção de diálogo entre o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal para a revisão e reformulação das modalidades previstas em programas de habitação de interesse social;

ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.

Estruturação da rede de acolhida, de acordo com a heterogeneidade e diversidade da população em situação de rua, reordenando práticas homogeneizadoras, massificadoras e segregacionistas na oferta dos serviços, especialmente os albergues⁶;

2.

Produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social acerca da população em situação de rua;

3.

Inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único do Governo Federal para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas sociais.

4.

Assegurar a inclusão de crianças e adolescentes em situação de trabalho na rua no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil⁷.

5.

Inclusão de pessoas em situação de rua no Benefício de Prestação Continuada⁸ e no

6

Entende-se por acolhimento, nos termos da atual Política Nacional de Assistência Social, serviços continuados destinados a adultos (inclusive idosos, pessoas com deficiência, migrantes e refugiados) que se encontram em situação de rua ou abandono. A rede de acolhida oferece condições para que as pessoas possam repousar e restabelecer-se. Por meio de acompanhamento profissional devem trabalhar de modo articulado com os demais serviços da rede, visando ao resgate de vínculos familiares e comunitários ou à construção de novas referências, bem como à conquista de autonomia para a vida independente.

7

Programa para a Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

8

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) corresponde a um direito constitucional na forma de benefício de um salário mínimo mensal para aquelas pessoas com mais de 65 anos ou com deficiência que não têm condições de prover o seu sustento, nem de tê-lo provido pela família. São pessoas que compõem família cuja renda familiar per capita é inferior a ¼ de salário mínimo. Trata-se de benefício intransferível, pessoal, individual, que tem por objetivo assegurar condições dignas de vida.

Programa Bolsa Família, na forma a ser definida⁹;

6.

Conferir incentivos especiais para a frequência escolar das pessoas inseridas nos equipamentos da Assistência Social, em parceria com o Ministério da Educação;

7.

Promoção de novas oportunidades de trabalho ou inclusão produtiva em articulação com as políticas públicas de geração de renda para pessoas em vulnerabilidade social.

EDUCAÇÃO

1.

Promoção da inclusão das questões de igualdade social, gênero, raça e etnia nos currículos, reconhecendo e buscando formas de alterar as práticas educativas, a produção de conhecimento, a educação formal, a cultura e a comunicação discriminatórias, especialmente com relação à população em situação de rua;

2.

Constituição de grupos de estudo que discutam maneiras de a educação ser feita em

meio aberto, sem necessidade de deslocamento até as escolas

3.

Oferta regular de educação de jovens e adultos, especialmente no que se refere à alfabetização, com facilitação de ingresso em sala de aula em qualquer época do ano;

4.

Oferta de incentivos à assiduidade escolar para a população em situação de rua, tais como uniformes e materiais escolares gratuitos, facilitação do transporte de ida e volta da escola, fornecimento de alimentação, etc.;

5.

Inclusão da população em situação de rua nos programas de apoio ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em escola aberta, especialmente nos finais de semana;

6.

Inclusão do tema população em situação de rua, suas causas e conseqüências, como parte dos debates sobre essa realidade nacional nas redes de ensino de todo o País.

7.

Adequação dos processos de matrícula e permanência nas escolas às realidades das pessoas em situação de rua, com a flexibilização da exigência de documentos pessoais e de comprovantes de residência.

8.

Promoção de políticas de Inclusão Digital para pessoas em situação de rua.

O Programa Bolsa Família consiste em transferência condicionada de renda para famílias em situação de pobreza, segundo critério de renda familiar.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

1.

Promoção do direito à segurança alimentar e nutricional da população em situação de

rua, por meio de restaurantes populares.

SAÚDE

- 1. Garantia da atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua e adequação das ações e serviços existentes, assegurando a equidade e o acesso universal no âmbito do Sistema Único de Saúde, com dispositivos de cuidados interdisciplinares e multiprofissionais;*
- 2. Fortalecimento das ações de promoção à saúde, a atenção básica, com ênfase no Programa Saúde da Família sem Domicílio, incluindo prevenção e tratamento de doenças com alta incidência junto a essa população, como doenças sexualmente transmissíveis/AIDS, tuberculose, hanseníase, hipertensão arterial, problemas dermatológicos, entre outras;*
- 3. Fortalecimento das ações de atenção à saúde mental das pessoas em situação de rua, em especial aqueles com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, facilitando a localização e o acesso aos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS I, II, III e AD);*
- 4. Instituição de instâncias de organização da atenção à saúde para a população em situação de rua nas três esferas do SUS;*
- 5. Inclusão no processo de educação permanente em saúde dos gestores e trabalhadores de saúde, destacando-se as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), agentes comunitários de saúde e operadores do Sistema Nacional de Ouvidoria, dos conteúdos relacionados às necessidades, demandas e especificidades da população em situação de rua;*
- 6. Divulgação do canal de escuta do usuário: Sistema Nacional de Ouvidoria, Disque-Saúde (0800611997), junto à população em situação de rua, bem como das demais instâncias de participação social;*
- 7. Apoio às iniciativas de ações intersetoriais que viabilizem a instituição e manutenção de Casas de Apoio ou similares voltadas para pessoas em situação de rua, em caso de alta hospitalar, para assegurar a continuidade do tratamento;*
- 8. Incentivo a produção de conhecimento sobre a temática saúde desta população e*

aos mecanismos de informação e comunicação;

9. Apoio à participação nas instâncias de controle social do SUS e ao processo de mobilização junto aos movimentos sociais representantes dessa população;

10. Na seleção de agentes comunitários de saúde, considerar como um dos critérios a participação de moradores de rua e ex-moradores de rua.

CULTURA

1.

Promoção de amplo acesso aos meios de informação, criação, difusão e fruição cultural, especialmente por parte da população em situação de rua;

2.

Desenvolvimento da potencialidade da linguagem artística como fundamental no processo de reintegração social das pessoas em situação de rua. Neste sentido, promoção de atividades artísticas especificamente voltadas para esta população, tais como aulas e prática de teatro, literatura e artesanato;

3.

Promoção de ações e debates de ressignificação da rua, deixando de retratá-la como um simples lugar de passagem e passando a percebê-la como palco de encontros, diálogos e construção de identidades;

4.

Apoio a ações que tenham a cultura como forma de inserção social e construção da cidadania;

5.

Apoio a ações que promovam a geração de ocupação e renda através de atividades culturais;

6.

Promoção de ações de conscientização que alterem a forma de conceber as pessoas em situação de rua, desconstruindo estigmas e promovendo ressignificações positivas;

7.

Garantia de programas voltados para o esporte e o lazer da população em situação de

rua;

8.

Incentivo a projetos culturais que tratem de temas presentes na realidade de quem vive nas ruas, além do financiamento de projetos voltados para esse público, seja em seu desenvolvimento artístico e cultural, seja para a facilitação de seu acesso aos bens culturais disponíveis na sociedade;

9.

Parceria com o Ministério das Cidades para promover o resgate de imóveis da união de forma integrada com ações culturais, especialmente nos centros das cidades;

10. Parceria com o Ministério da Educação, para apoiar Organizações Não-Governamentais que proponham projetos que utilizem espaço da escola nos finais de semana, para oferecimento de atividades para moradores de rua.

Diante de um histórico e uma constituição tão extensa, observa-se que por todo lado há o amparo da lei ao desvalido, entretanto o cumprimento ainda se faz longe do vivenciado por esta população cada dia maior pela desigualdade capitalista, marca do tempo presente e desprezo populacional que ao invés de amparar, não são preparados e educados a entender ou ajudar estes desvalidos, marca que vem de séculos, as quais continuaram a carregar os (desvalidos).

3- o Perfil do Professor nesta interface social ao desvalido, como mediador deste amparo ao conhecimento.

Segundo Hargreaves (2004) ensinar é uma profissão paradoxal. Entre todos os trabalhos que são, ou aspiram a ser profissões, apenas do ensino se espera que gere habilidades e as capacidades humanas que possibilitarão a indivíduos e organizações sobreviver e ter êxito na sociedade do conhecimento nos dias de hoje. Dos professores, mais do que qualquer outra pessoa espera-se que construam comunidades de aprendizagem, criem a sociedade do

conhecimento e desenvolvam capacidades para inovação, flexibilidade e o compromisso com a transformação, essenciais à prosperidade econômica. Ao mesmo tempo, os professores devem também mitigar e combater muitos dos imensos problemas criados pelas sociedades do conhecimento, tais como o consumismo excessivo, a perda da noção de comunidade e o distanciamento crescente entre ricos e pobres. No atingimento desses objetivos simétricos reside seu paradoxo profissional. A educação – e conseqüentemente, escola e professores - deve estar a serviço da criatividade e da inventividade.

Hargreaves (2004) mostra a necessidade de um novo perfil de professor na sociedade contemporânea, as vertiginosas transformações no mundo do trabalho, o avanço tecnológico configurando a sociedade virtual e os meios de informação e comunicação exercem uma força brutal nas relações sociais e em todas as instituições de nossa sociedade, exigindo delas um reposicionamento e a busca de um novo perfil frente aos desafios do que tem se chamado de pós-modernidade. Em decorrência disso, a atividade docente vem se modificando para atender a essas transformações que atingem crucialmente a escola, suas concepções, suas formas de construção do saber, pois há, sem dúvida alguma, uma mudança de paradigma que está a exigir um novo modelo de escola, e um novo perfil de professor que possam estar a serviço de uma escolarização de qualidade social que atenda efetivamente, com eficiência e eficácia, a todas as crianças, jovens e adultos que demandam a instituição escolar.

Um repensar da prática docente para fazer frente aos novos desafios é premente e justificado. A docência constitui um campo específico de intervenção profissional na prática social, assim, o desenvolvimento profissional dos professores tem se constituído em objetivo de políticas que valorizam a sua formação não mais baseada na *racionalidade técnica*, muito difundida na década de 70, que os considerava como meros executores de decisões alheias, mas numa perspectiva que considera sua *capacidade de decidir*, seu protagonismo, sua ação compromissada ao desempenhar seu ofício. Essa valorização sinaliza a centralidade que os docentes hoje ocupam na definição e implementação das políticas de ensino.

A participação dos professores, é de fundamental importância na consolidação de mudanças que tragam efetivamente uma melhoria da qualidade de ensino em nosso país.

Sem ela, sem seu consentimento, seus saberes, seus valores, suas análises na definição de políticas de ensinar, de organizar e de gerir escolas, de propor mudanças nas formas de ensinar, de definir currículos, projetos educacionais e formas de trabalho pedagógico, quaisquer diretrizes, por melhores que sejam suas intenções, não se consolidam, não se efetivam. Sem o aval dos professores, mudanças não se realizam. Por isso, não é qualquer um que pode ser professor. Por isso também não é qualquer professor que consegue fazer frente a esses desafios.

É preciso um professor que exerça como diz Dewey (1979), uma docência da melhor qualidade e que não se esgota na formação inicial, pelo contrário está a exigir, também, um processo de formação permanente que tomem a prática docente como fundamento para a reflexão, que desenvolvam no professor a postura de profissional reflexivo, pesquisador da própria prática, munido de formação teórica competente que o prepare para ver o mundo na sua globalidade e não de forma fragmentada.

Em primeiro lugar, o professor, seja da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio ou do Ensino Superior, é um ser datado, isto é com "data", histórico, inserido num contexto social, que tem sua dimensão pessoal e sua dimensão profissional. Não podemos ver o professor como um ser descontextualizado, idealizado. Ele é um ser complexo e que não se despe dessa complexidade quando entra na sala de aula. Ele é um ser real com contas a pagar, com problemas de toda ordem para enfrentar. Ele deve assumir seu ofício na inteireza do seu ser. É assim que encaro o profissional professor, a docência da melhor qualidade se constitui a partir de cinco dimensões da competência que o professor deve desenvolver não uma competência mercadológica, pois é arriscado confundir a demanda imediata, de mercado, com a demanda social, que expressa as necessidades concretas dos membros de uma comunidade, e nem no sentido de qualidade total.

Docência da melhor qualidade envolve saber fazer bem e inclui: uma dimensão técnico-profissional, profissionalização, isto é, dominar com propriedade seu campo específico de atuação, e aqui é importante ressaltar a necessidade dos cursos de formação valorizarem o domínio dos conteúdos conceituais e da pesquisa, pois esta formação é ancoragem necessária para as demais dimensões da qualidade do profissional: a dimensão humana, que enfatiza as relações interpessoais presentes na tarefa educativa, a presença da sensibilidade e afetividade, a dimensão ética que se relaciona à orientação da ação, baseada no princípio

do respeito e da solidariedade, do convívio e da realização de um bem coletivo, a dimensão político – social que diz respeito à participação na construção coletiva da sociedade e ao exercício dos direitos e deveres e a dimensão didático -pedagógica que envolve o domínio dos fundamentos do processo ensino aprendizagem, seus objetivos, suas metodologias, suas formas de avaliação e o domínio da tecnologia aplicada à prática da sala de aula. São grandes as exigências. O desafio é gigantesco. Há questões estruturais e conjunturais a enfrentar. Mas, ao acreditar na tarefa da educação não se pode perder a esperança e mais do que isto, precisa por a caminho e lutar para vê-la efetivada, algum dia, talvez.

Para Teixeira (1996) da USP, o professor e a escola passou por um impacto de conjunto de transformações nas últimas décadas do século XX já evidenciaram a necessidade de uma transformação e de novos papéis da atividade educacional (em todos os níveis) e, em especial de novos papéis para seu agente principal - o professor.

Teixeira (1996) define e propõe que a didática dos dias de hoje é a Pedagogia da oficina de gestão de sujeitos, e o processo de motivação do saber pensar.

Todavia, na teoria e sobretudo na prática, temos o contrário. Os professores, como regra, só foram treinados para ensinar, e nunca ultrapassaram o estágio da mera aprendizagem.

De cópia em cópia, são cópia, e isto recópiam indefinidamente.

Trata-se da multiplicação de objetos.

As escolas são lugares de "decoreba", onde o aluno é tangido para a domesticação.

Por vezes internaliza coisas, ajunta na cabeça um monte de informações, aprende pedaços de conhecimento.

Mas não os junta, sistematiza, questiona, reconstrói, porque o próprio professor não sabe fazer isso.

Um professor incapaz de elaborar projeto pedagógico próprio é incompetente para motivar emancipatórios.

Infelizmente, a didática continua presa ao repasse mecânico, a aula expositiva, para ser copiada e decorada.

Depois, é restituída na prova, na "cola" é copiada com a máxima perfeição.

Aula prova e cola são sinônimos, no espírito da coisa. Pesquisa, entretanto, poderia ser maneira inteligente de reverter o processo instrumentalizante, à medida que fundasse atitude alternativa participante, construtiva, questionadora.

Mostra a relevância de conjugar qualidade formal a política, porquanto saber pensar e, ao mesmo tempo, a capacidade de dominar a renovar informação, a de decidir o que fazer com ela.

Não se contenta em apropriar-se do conhecimento, porque faz dele a estratégia do questionamento.

Une saber e mudar.

Para tanto, formação básica qualitativa a instrumentação absolutamente estratégica, através da qual a pessoa se apropria de conhecimentos relevantes e sobretudo gesta atitude metodológica construtiva, para ocupar a cena atual como sujeito.

Não é apenas repasse informativo, mas o cultivo da capacidade de confrontar-se se renovar.

Cabe à pedagogia e à didática:

- a) Construir o contexto de totalização da formação básica, revelando que seus componentes formam um todo interligado a dinâmico;
- b) Mostrar que diz respeito a realidade histórica, desvelando ser capaz de compreender processos e de neles entrar como figura ativa;
- c) Ressaltar que formação básica não é pacotes fechados, apropriados, mas, mais que produto, um procedimento para renovar o conhecimento e renovar-se através dele;
- d) Indicar que seu cerne não é um lote decorado de informação, mas a capacidade de sempre se informar;
- e) Argumentar que a alfabetização não é enunciar e desenhar letras, mas ler a realidade, interpretar o mundo, sobretudo intervir nele como sujeito;
- f) Construir a reconstruir a atitude do aprender a aprender em nosso ambiente histórico a social.

A qualidade da formação básica é fator modernizante mais eficaz da sociedade a da economia.

Tal reconhecimento leva a perceber que a inovação depende muito mais de sujeitos competentes em termos do aprender a aprender, do que das instrumentações tecnológicas.

Tecnologia pode ser resultado apenas da qualidade formal.

Inova cientificamente, mas pode ser inimiga da sociedade.

O "docente especializado" é capaz de produzir tecnologia, restringindo formação básica ao aspecto face técnica.

Facilmente torna-se um monstro, que agride a sociedade e o meio ambiente.

No contexto educacional é mister equilibrar qualidade formal a política, para que o processo de inovação se inspire em sujeitos críticos e autocríticos.

Assim colocada a questão, e avaliação do processo escolar pode admitir alternativas:

Primeiro, se o professor for de veras competente, formal e politicamente, será capaz de gestar formação básica adequada, instalando o ambiente do aprender a aprender, do saber pensar, do questionar criativamente.

Segundo, se isto ocorrer, o aluno avança dentro de seu ritmo próprio, "puxado" até onde for possível.

Terceiro não se põe à progressão automática, porque não há progresso automático, mas construção de avanços possíveis.

Assim, não reprovar não significaria acobertar inadimplências e mesmo fracassos, a menos que o processo didático-pedagógico tenha fracassado.

Em si, no contexto educacional, não se trata tanto de fracasso do aluno, quanto do professor.

O aluno poderia ser prejudicado por outras questões, sobretudo pobreza, doença, trabalho, mas isto escapa à ação da escola.

A habilidade didática a pedagógica que se espera do novo professor já não se resume ao formato expositivo das aulas.

A fluência vernácula, e aparência externa. Precisa centrar-se na competência estimuladora da pesquisa, incentivando com engenho a arte e gestação de sujeitos críticos e autocríticos, participantes e construtivos.

Como meta, coloca-se a gestação do aluno da capacidade de saber pensar, aprender e aprender, construir/reconstruir – dentro de seu contexto – questionamentos pertinentes.

Esse perfil do professor segundo elencados por Teixeira, e Andy, traz o perfil de que o docente hoje tem em seu bojo a formação para o trabalho generalista no sentido das classes diversas sociais, e como viés do saber continuado a fim de que se aperfeiçoe sempre, sendo assim com Lutero, Comenius, já lutavam que o saber do professor deveria ir a todos sem distinção e que este ao se aperfeiçoar, deveria primar pelo conhecimento a todos, pois desde a sua formação este fator já se faz presente como de um estudante de medicina em atender a todos sem discriminação.

E se este viés é fator proeminente, deve este profissional preparar futuros docentes com a mesma mentalidade, de projetos mais desafiadores, de estágios com maior tempo de prática, como o sugerido por esta pesquisa através de escolas pilotos.

Onde além de se definir o perfil do professor de ontem e hoje, proporia-se construções de projetos para crianças carentes, a fim de que todos fossem alcançados, com o intuito de trazer o valor ao desvalido hoje na sociedade, e proporcionar um recolocação deste e o encontro com seu eu, próximo e o valor de se viver frente a desafios e paradigmas sociais.

4. Considerações finais

Diante do histórico dos desvalidos ao longo do tempo medieval, médio e Brasil colônia, sua constituição recente e do perfil do professor traçado por Hargreaves (2004) e Teixeira (1996), Comenius (2001) e Lutero (1995), aqui já descrito, conforme a proposta inicial colocada, de que há sim como ajudar a colaborar para a transformação da realidade presente, ou seja, meio de se propor o saber sem distinção de condições sócias econômico.

O que se propõem nesta pesquisa são escolas pilotos que as Universidades dispostas de tantos cursos, poderiam trabalhar em parcerias com a Pedagogia, e ter em seu espaço de matriz curriculares estágios, mas atuante participativo do que só observatório, com pequenas participações, o que muitas vezes o futuro docente sai do curso imbuído de um mar de teorias muitas observações e pouca prática de atuação e transformação desta. O exemplo a do estudante de medicina, que além da teoria, observação, tem um longo espaço de atuação da prática aprendida, outro da área são os estudantes de Enfermagem ou

Engenharia, toda teoria imbuída de longas práticas, e se assim se faz necessário porque a educação seria diferente?

De posse deste, as Universidades deveriam ter em seu meio a obrigatoriamente espaços para atuar ainda melhor, e assim como estudante de medicina atua para toda a população sem distinção de classe o educador também deveria ter escolas ou parcerias com escolas, para atuar de forma mais completa, onde toda a teoria adquirida, a o que estaria sendo levada a uma transformação desta não ficando somente um reprodutor do conhecimento sem transformação, No entanto estaria sendo um criador de novos conhecimentos para atuação ainda mais precisa nos diversos meios sócias, uma vez que hoje em meio a tantas descobertas tecnológicas, ainda tem-se um acarbossos educacional repetitivo, memorativo, que infelizmente favorece a poucos, ficando muitos ainda sem o estímulo de continuar os estudos, e outra ainda maior nas ruas sem poder fazer parte dela.

Segundo pesquisas poucos habitantes de rua conseguem fazer parte deste mundo educacional, sendo a grande maioria ausente destes estímulos ou até mesmo oportunidade, e pouco tem se feito para que se pense nestes (desvalidos), uma vez que existe uma lei desde os tempos antigos e presente colocadas por tantos pensadores e constituição que todos tem o direito ao saber educacional.

Então se todos têm a este direito educacional independente de sua condição ou situação, porque não criar a possibilidade de escolas pilotos para os educadores em formação em junção de docentes e pesquisadores da área entre outras parcerias.

Dar através destas condições de se fazer este resgate e inserção social deste (desvalido) ao convívio social.

Docentes e escolas mais do que nunca precisam repensar sua atuação de formação nos cursos de Pedagogia, e propor um meio de atuação ainda mas eficaz para o docente em formação de aprendizado e pratica e transformação desta, a fim de que este possa olhar e propor medidas para a sociedade de forma mais eficaz ao longo do tempo.

- **As escolas pilotos:**
- Teriam profissionais da área educacional;

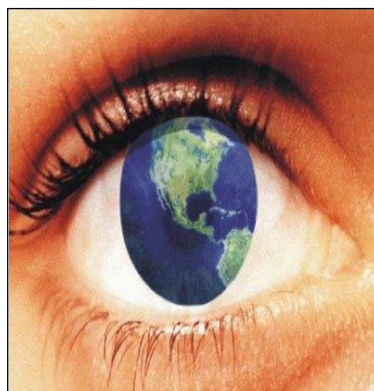
- Alunos estagiários;
- Assistentes sociais;
- Psicólogos;
- Orientadores educacionais;
- Administradores;
- Nutricionistas;
- Profissionais da saúde;
- Entres outros socioeducativo;
- Parcerias com empresas para inserção social e ajuda de donativos.

Seriam escolas para abrigar a estes, que não tem acesso ao saber, que moram em ruas, e que através desta equipe e alunos em formação, estariam propondo meios de transformação e reabilitação destes a sociedade e família.

Trazendo de volta o valor de sua auto-estima de esperança de futuro.

- **Projetos realizados**

PROJETO RESTAURAÇÃO



CHAME PELO MEU NOME

DIÁRIO EVANGELISTICO
SALA ÁGUA VIVA - ADBR

SENSIBILIDADE AO OUTRO

Sensibilidade e dever ao cumprimento da Palavra de Deus são assim que o projeto restauração intitulado Chame pelo meu nome da sala água viva se define, ao sair pelas ruas da estação da Luz, em busca de levar a luz aos que hoje ainda estão nas trevas.

Tendo no coração de cada participante a consagração, o amor e a total confiança e dependência em Cristo Jesus que capacita a cada qual que se dispõe com ousadia.

E são estes: Rev. Lemes, Francisco, Orlando, Yve, Cíntia, Valquíria e Angélica, os responsáveis hoje de continuar dando passos à história de Atos como muitos que já foram e estão sendo levantados e outros que ainda virão. Por estes relatos que se seguem.

Local: Estação da Luz

Minha experiência

06/082010 - Ive

Como já tinha feito alguns trabalhos de evangelismo na rua tinha algumas expectativas ruins e outras boas, as boas por que estávamos saindo do comodismo de dentro e indo para fora como o mandamento do Senhor nos ordena o "IDE", e ruins, pois sabia a dificuldades que teríamos como: o que oferecer; o que poder dar de fato, pois essa região e tomada pela praga do 'craque' que vem dificultando o evangelismo e modificando ate mesmo a forma de aproximação dos moradores: as roupas são trocadas por craque, ate mesmo a alimentação, etc.

Mas como e o Senhor que nos guia e a obra e Dele, nos saímos e eu por ter um pouco de vergonha de expor minha opinião fiquei calada aguardando o resultado e esperando no Senhor Jesus.

Nos começamos a andar um pouco sem rumo e todos um pouco tensos e por incrível que pareça não achávamos nenhum morador por estar um tempo frio eles não estavam nas áreas de costume, ate que chegamos na estação da luz e tinha um grupo de homens e ninguém teve coragem de se aproximar foi ate um pouco engraçado, pois um ficou esperando o outro: tem hora que mesmo experiência não basta temos que ser e dependentes de Deus.

Até que vimos alguns moradores deitados perto da porta da estação e fomos lá cada um foi falar com um morador e tivemos experiências maravilhosas como poder saber o porque de cada um estar lá, que muito tem ate família mais por estar sendo enganados e oprimidos pelo inimigo não conseguem sair daquela situação sendo escravos do vicio do álcool, droga e comodismo, pudemos orar por alguns deles e entregamos alguns produtos de higiene. Não sei ao certo o que o Senhor vai nos encaminhar a fazer, pois depois de tantas reuniões e pesquisa e tudo o que foi planejado saímos da forma mais simples e com as pessoas que o Senhor preparou para estar lá. Foi do jeito de Deus e não do nosso.

Espero que o Senhor nos guie a estar fazendo da melhor forma e que nos encha do seu Espírito, que seja Ele a falar, agradeço a todos os voluntários por ter se dedicado e doado

um pouco do seu tempo a obra do Senhor, que a benção do Senhor alcance a todos e guarde a família de cada um enquanto fazem a obra.

06/08/2010 - Angelica
José e Pedro

Na Bíblia um dos mais marcantes e grandes homens, José por sua honrosa fé ante a mais densa perseguição dos irmãos e do Egito mais tarde, Pedro muitos anos a frente de José já ao lado de Cristo como discípulo se reconcilia e segue com evangelho sem medidas por onde passou a qual enfrentou tudo e todos em função do reino.

Mas nas ruas pela qual o projeto restauração tem andado José e Pedro, são pessoas perdidas desiludidas destruídas, e desesperançadas com Deus e suas famílias. Pessoas que não conseguiram seguir adiante como José e Pedro da Bíblia ante a perseguição relatada na Bíblia. Mas, no entanto sofrem e choram amargamente suas constantes e profundas perdas. Tendo seu consolo nas drogas, no álcool ou na prostituição.

Mas ao reportar-se a **Pedro** senhor de 50 anos de idade, expõe a sua história nós dizendo que o levou a estar ali, foi à incapacidade de ser um pai provedor de um bom emprego que sustentasse a família de forma digna, o que fez com que a esposa e os filhos o abandonassem.

Com isto Pedro relata que sentiu uma dor tão forte de ter sido expulso de casa que não agüentou e por não ter outro familiar a que o amasse, e o ajudasse com conselhos, foi morar nas ruas de São Paulo, e se consolou afundando a cara no álcool para esquecer a dor, e a saudade que sentia da família, e a revolta com o mundo por não lhe dar a dignidade de um emprego.

Ainda em seu relato prossegue nós contando que por varias vezes entrou em uma igreja para buscar consolo e entendimento e sair desta situação com a esperança de restituir como cântico que ouvia: “Restitui eu quero de volta o que é meu, sara-me..”, mas no entanto tudo o que encontrou foi o desprezo, o medo das pessoas ao vê-lo outras pelo cheiro de suas roupas, o que a partir destas e outras, “Ele termina: jamais fui ouvido, ou alguém orou por mim, ou se quer me ofereceram algo, estive como fome, sede, e nada me deram”.

José rapaz de 25 anos também desiludido pela dureza da família e irmãos e a morte do pai que era seu único apoio e equilíbrio de vida a qual ele relata que o amava incondicionalmente, mas com sua morte, fora colocado nas ruas por não conseguir emprego.

E diante da falta de apoio vai morar nas ruas e buscar no álcool algo que o fizesse esquecer a traição da família.

Esses dois casos de José e Pedro nos reportou a orar com eles e mostrar um Jesus que pode restaurar todas as coisas e abrir a seu tempo a porta roubada restituindo o que fora perdido.

Todos os dois desta noite choraram e receberam a Jesus como seu salvador reconhecendo que só Ele pode mudar e restaurar e curar sua dor, e a maior das gratidões em seus corações era em dizer: *fomos ouvidos e abraçados*.

Reportou-nos a pensar também em nossos momentos de conversa: do total descaso e egoísmo que muitos cristãos vivem hoje, num profundo mar morto sem por ou descobrir seu chamado, porque estão preocupados só consigo, deixando de cumprir o ide de Jesus, uma vez que ser Cristão significa ser semelhante a Ele Cristo, então se assim não somos ou fazemos, pecamos em não cumprir o chamado.

E deixamos satanáas tragar aquilo que é pelo Nome de Jesus dado a nós: as Boas Novas a toda Criatura.



13-08-2010 – Angélica e Valquíria

José e sua história.

José homem de 50 anos, magro com simplicidade bem vestido e cheiroso, aparentemente alegre, e com Jesus no seu enorme coração, cheio de dialogo e ouvidos também.

Contou-nos prontamente ao chegarmos até ele o porquê estava na rua, dizia ele em sua história que não fora casado, era pai solteiro, e morava com os pais enquanto estes ainda vivos e irmã tinham boas condições a qual proporcionava de tudo um pouco a família e ao único filho, comprando terreno em Atibaia, lugar bonito, a fim de construir um lar naquele lugar. Mas o tempo passou seu filho cresceu, e seus pais morreram ficando só com a irmã e seu filho em casa. Num dia José conta que adoeceu por um logo tempo no hospital, o que o fez perder seu emprego estável, pois nada podia fazer devido à internação e a enfermidade. Ele conta que neste tempo no hospital, sua irmã e filho foram esquecendo ele ali, o que já não recebia mais visitas e nem noticias de ninguém por um bom tempo e nem mais ligações.

Mas José fala que ao se curar e retornar sozinho ao lar percebeu a frieza e o desprezo da pequena família, embora ainda tivesse um lar e as ruas agora para viver. Sua irmã casou, e seu filho se tornou alguém bem sucedido a qual nos mostrou um cartão do filho muito bem vestido e empregado, e a qual também casou requerendo do pai um bom presente: e este por seu grande coração cedeu o terreno de Atibaia ao filho com a esperança e promessa de que quando a casa fosse construída, ali no fundo do terreno um pequeno espaço haveria para ele, a fim de abrigá-lo do cansaço da velhice.

Pois o tempo passou e, José conta que o filho jamais cumprirá a promessa e que nem mesmo vê-lo, não queria mais. Ficando aos cuidados da casa que antigamente era dos pais, e que hoje abrigava a irmã e sua nova família. José com muito custo conseguiu ficar nos

fundos da casa, com a sobrevivência do que consegue honestamente nas ruas, e pela bondade de amigos e irmãos em Cristo.

Diz ter dor a respeito da única irmã e do filho que o abandonou, mas que Cristo é o suficiente para seguir a diante: e termina que se “*Deus quiser pode restituir o amor do filho e da irmã a ele, caso contrario basta o sustento, e o Amor de Cristo sobre ele*”.

E nos despedimos com uma oração e a certeza de que ali não estávamos deixando alguém sem saber seu amanhã, mas um irmão que na sua humilde vida, nos dá a certeza no coração que o amor de Cristo nos constringe, a derramar este amor.



Resp. Angélica, Valquiria, Yve, Francisco.

27-08-2010

Local: Praça da estação Tiradentes do metrô.

Leonardo, Alonso, Cláudio.

Iniciar este relato contando sobre a vida destes três homens sobre o mesmo endereço da praça Tiradentes do metrô, homens com histórias parecidas, os três conhecedores de Deus todo Poderoso assim colocado com eles. Leonardo frequentador esporádico da igreja Assembléia do Bom retiro, firme na sua fé para com Deus, mas sem mudança de situação de vida apenas um coração firme com Deus, a qual sustenta firmemente seu amigo Alonso a respeito da Palavra de Deus, a qual Alonso passou a conhecer e ter um encontro com a presença de Deus pela vida de seu amigo fiel. Não sabemos por que Leonardo um senhor de meia idade foi parar nas ruas, mas enquanto ali nas ruas difunde, protege e sustenta os que Deus põe em seu caminho.

Já seu amigo Alonso nós conta que dispõem de muitos cursos, tinha esposa formada em Engenharia e um Filho também formado em Engenharia, eram como ele dizia uma família feliz e bem financeiramente a qual moravam no Paraná. Mas Alonso nos conta que tudo mudou ao se apaixonar por uma garota de 14 anos, a qual fez com que ele traísse sua esposa. E diante disto quando todos descobriram, ele e esposa se separaram e Alonso recolheu carro dinheiro e tudo que tinha e foi embora para diversos lugares do Brasil, até que o tempo passou seu dinheiro acabou, foi roubado, não tinha mais emprego ou casa para morar.

E seu endereço passou ser as ruas ou albergues de São Paulo, vivendo hoje sobre a misericórdia das igrejas que o ajuda a sobreviver com roupas comida, remédio e alimento.

Ainda mantém muito distante contato com a família, mas sem perdão ou possibilidades de um retorno ou reencontro como família. Alonso vive hoje com uma única esperança no coração a de um Deus apresentado por Leonardo seu amigo e a esperança de uma palavra ministrada por uma senhora que apareceu para ele de branco um dia, quando ele estava debaixo de uma ponte a qual acordou ele e disse que Deus tinha uma obra muito grande na vida dele, e que ele saísse dali e fosse a uma igreja, a qual Deus restauraria tudo na vida dele, ao contar Alonso chora na expectativa deste dia.

Já seu amigo Cláudio, senhor bem arrumado e de um português impecável acadêmico, leitor de grandes obras clássicas e profundo conhecedoras da Bíblia, nos conta que perdeu o norte da vida ao ficar viúvo, sua mulher era seu sonho amparo e apoio, e ao perdê-la não agüentou e perdeu o rumo da vida, e acabou perdendo tudo e indo morar nas ruas, fazendo do álcool, a prostituição seu amparo para esquecer as perdas.

Cláudio por muitas vezes fala o quanto tem lutado pela sua libertação, e nos conta feliz que já venceu muitas tapas. E diz que este mérito todo advém de um Deus Poderoso e das igrejas que estão ali constantemente orando e amparando a vida dele.

Essas são três historias de três amigos, que hoje estão lutando juntos para vencer o inimigo que um dia abriram brecha para que ele entrasse e fizesse morada, mas que com a Graça e o Poder de Deus e por pessoas usadas por Deus, eles tem conseguido fechar estas brechas na esperança da promessa da restituição de tudo.



Angélica, Yve, Cindy, Luciana, Rodrigo, Francisco, Rev. Lemes, Diac. Dionisio.
Grupo de apoio Sala Água Viva: Casa de recuperação Sta. Isabel
Data: 16/04/2011

Nesta data organizamos para ir à Casa de recuperação Direito de Viver localizado em Santa Isabel, e para isso contamos com doações dadas por cada irmão ao longo do semestre juntamos roupas, chinelos, material de higiene pessoal, e chocolates porque estava perto a páscoa, e ainda outros irmãos doaram alguns valores em dinheiro para abençoar o projeto.

Chegando lá fomos recepcionados pela liderança do local, onde doamos tudo arrecadado para os internos, e logo começamos o culto com o Pastor do local alguns louvores liderados pelo grupo da casa, uma pequena mensagem por outro rapaz e depois orações e a mensagem oficial pelo Pastor Lemes no Salmo de nº 139, e assim finalizamos com o louvor Milagres do pastor André Valadão, e oração e muitos abraços a todos da casa e claro ao irmão de nossa sala ali localizada para recuperação irmão Orlando.

Ficamos todos muito felizes em poder contribuir com a obra, e poder ver que ao longo desta jornada da programação ali e até a sua realização nos encontramos com o EBENEZER até aqui nos ajudou o SENHOR por isto estamos alegres.

Mas a jornada da fé o ATOS, ainda não acabou temos e cabe a cada um de nós continuarmos a viver de uma fé não morta sem obras, mas viva e operante até que CRISTO poderoso venha nos buscar.

BIBLIOGRAFIA

- COMENIUS, Jan Amós. *Comenius & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- DEWEY, John. *Experiência e educação*, São Paulo, C&A editora nacional, 1979.
- DELORS, Jacques. *Educação tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (3 ed. 1994), 245 p.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia: diálogo e conflito*. São Paulo: Editora Cortez, 1995.
- GIMENO Sacristan, J. *Poderes instáveis em educação*. Porto Alegre: ArtMed, 1999.
- GIMENO Sacristan, J. *O aluno como invenção*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
- GARCIA, Marcelo. *Formação de Professores. Para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora, 1999.
- HARGREAVES, Andy. *O ensino na sociedade do conhecimento*. Educação na era da insegurança. Porto Alegre, ArtMed, 2004.
- LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*. Vol. V. Porto Alegre: Dal/Concórdia, 1995.
- PATTOS, Maria Helena Souza. *A Produção do Fracasso Escolar, Histórias de Submissão e Rebelia*. São Paulo, 1991.
- Text Box comment PUC-Rio - Certificação Digital N° 0510675/CA)
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE), PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO. *Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003*. São Paulo, 2003.
- MOLLAT, Michel. (1989) opta, em sua análise, por uma abordagem do pobre e (Text Box comment PUC-Rio - Certificação Digital N° 0510675/CA)
- da pobreza a partir da submissão a um conjunto de infortúnios.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação é um direito*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996
- Imagem 1: portfoliodepedagogia.blogspot.com/ / imagem 2 www.redebrasilatual.com.br